

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC JORGE LUIZ NASCIMENTO DE PAULA

UM OLHAR REALISTA DO INTERESSE CHINÊS EM ANGOLA:  
as ações em Angola e o desequilíbrio entre Brasil e China no Atlântico Sul.

Rio de Janeiro

2020

CC JORGE LUIZ NASCIMENTO DE PAULA

UM OLHAR REALISTA DO INTERESSE CHINÊS EM ANGOLA:  
as ações em Angola e o desequilíbrio entre Brasil e China no Atlântico Sul.

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1-FN) Alexandre Ricciardi dos Reis

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2020

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus, pois sem ele nunca teria chegado até aqui.

À Roberta, minha amada esposa, e minha família. Sem o apoio e compreensão de vocês jamais concluiria este trabalho.

Ao meu orientador CMG (RM1-FN) Ricciardi, pela disponibilidade de tempo, compreensão e orientações sempre oportunas.

Ao CF (RM1) Nagashima, pela dedicação e apoio sempre muito pertinentes.

Ao amigo Alexandre Machado Pereira pelo valioso auxílio nas lides ortográficas.

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar se o interesse econômico da China em Angola, no período compreendido entre 2005 e 2015, encontra aderência à Teoria Realista Neoclássica. Tal análise foi feita sob a perspectiva de *A Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz*, de Hans J. Morgenthau. O desenho de pesquisa empregado nesta dissertação foi o da teoria comparada com a realidade, utilizando-se de pesquisa bibliográfica e documental. Os elementos recursos naturais e capacidade industrial, constituintes do Poder Nacional, foram utilizados para entender as ações dos Estados envolvidos. Após inter-relacionar a teoria com os dados e evidências, concluiu-se que, a conduta chinesa transformou a crescente dependência de recursos naturais em impulso para sua capacidade industrial, aumentando seu Poder Nacional e implicando num desequilíbrio entre Brasil e China no Atlântico Sul, comprovando, assim, a natureza realista do seu interesse. Por fim, a relevância do tema reside nas relações comerciais que o Brasil mantém com os Estados africanos, em especial Angola, e no fato de o mercado consumidor africano representar uma ótima opção para fortalecer o comércio exterior brasileiro. Para que este trabalho possa contribuir para um melhor aproveitamento do mercado consumidor africano e, mais especificamente, o de Angola, sugere-se que o Brasil adote uma estratégia de política externa similar à chinesa, ou seja, baseada numa relação de dominação informal, de modo que a estrutura de controle ocorra por meio de influência, embasada na dominação sobre os centros de decisão política angolanos sem interferir nos assuntos internos que não afetem nossos interesses na região.

Palavras-chave: China. Angola. Teoria Realista. Cooperação. Poder Nacional.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Principais pontos de incidência da pirataria no Golfo da Guiné, 2006-2013.....	50
Figura 2 – Mapa de Angola.....	51
Figura 3 – Linhas de Comunicação Marítima de Angola.....	51
Figura 4 – Gráfico 1: Importações e Exportações chinesas por categorias (US\$ milhões).....	53
Figura 5 – Gráfico 2: As trocas comerciais entre a China e Angola (2003-2014).....	55
Figura 6 – Exportações da Angola por países em 2018.....	56
Figura 7 – Exportações da Angola por categoria em 2018.....	56
Figura 8 – Importações da Angola por países em 2018.....	57
Figura 9 – Importações de Angola por categoria em 2018.....	57
Figura 10 – Produto Interno Bruto de Angola desde 2010 em bilhões de dólares.....	58
Figura 11 – Exportações da China por continentes em 2018.....	59
Figura 12 – Exportações da China por países em 2018.....	59
Figura 13 – Importações da China por continentes em 2018.....	60
Figura 14 – Importações da China por países em 2018.....	60
Figura 15 – Importações da China por categorias em 2018.....	61
Figura 16 – Produto Interno Bruto de China desde 2010 em bilhões de dólares.....	61

**LISTA DE TABELAS**

1 – Programa de Investimentos Públicos - 2015 .....	52
2 – Investimento Direto da China em Angola .....	54

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFRICOM –	Comando Militar Unificado para a África
BM –	Banco Mundial
CCAC –	Câmara do Comércio Angola-China
EximBank –	Banco de Exportação e Importação da China
EUA –	Estados Unidos da América
FMI –	Fundo Monetário Internacional
FOCAC –	Fórum para a Cooperação China-África
GoG –	Golfo da Guiné
IED –	Investimento Estrangeiro Direto
MPLA –	Movimento Popular de Libertação de Angola
OMC –	Organização Mundial do Comércio
ONU –	Organização das Nações Unidas
PECh –	Política Externa Chinesa
RDC –	República Democrática do Congo
SADC –	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SI –	Sistema Internacional
UE –	União Européia
UPA –	União das Populações de Angola
UNITA –	União Nacional para a Independência Total de Angola

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO CONCEITUAL E TEÓRICA .....</b>	<b>12</b>
2.1	A Teoria Realista de Morgenthau .....	12
2.2	A Internacionalização do Sistema Produtivo .....	16
2.3	Aspectos Geopolíticos da Cooperação entre Angola e China .....	19
<b>3</b>	<b>A OPERACIONALIZAÇÃO DO INVESTIMENTO CHINÊS EM ANGOLA .</b>	<b>23</b>
3.1	A Estratégia da China em Angola .....	23
3.2	A Política Externa Chinesa para Angola .....	25
3.3	O Investimento Chinês em Angola .....	27
<b>4</b>	<b>A INFLUÊNCIA INTERNACIONAL EM ANGOLA .....</b>	<b>33</b>
4.1	A Influência Chinesa em Angola .....	33
4.2	O Contraponto à Presença Chinesa em Angola .....	37
4.3	A influência no Brasil da Presença Chinesa em Angola .....	42
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>45</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>48</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>50</b>



## 1 INTRODUÇÃO

No início do século XXI chegava ao fim um período de sucessivas guerras em Angola, que tiveram início em março de 1961 com a Luta Armada de Libertação Nacional<sup>1</sup> contra Portugal, que perdurou até a declaração de independência em 11 de novembro de 1975, seguida por uma guerra civil findada somente em fevereiro de 2002, quando, com a morte do líder da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), Jonas Savimbi, foi declarado o final do conflito<sup>2</sup>.

Em meio a esse período de conflitos, as vastas reservas de petróleo, as minas de diamantes e os férteis terrenos agrícolas não foram suficientes para suprir as expectativas de prosperidade pós-colonial angolana. Nesse interstício o governo de Angola apontou o conflito como fonte da queda nos índices de qualidade de vida, da pobreza generalizada da população e do aumento da desnutrição nas camadas mais baixas da sociedade. Com o fim das contendas em 2002, as expectativas da população quanto à capacidade do governo implementar políticas públicas nas áreas de saúde, educação e combate a desnutrição, com impacto visível e rápido sobre as condições de vida, apresentava contornos de urgência e de prioridade política.

Diante do cenário pós-conflitos apresentado anteriormente, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), que governava Angola, passou a priorizar a reconstrução das infraestruturas do Estado visando iniciar um novo ciclo de desenvolvimento e se manter no poder. O MPLA obteve grande sucesso em permanecer no governo, pois preside Angola, ininterruptamente, desde 1975 e o atual Presidente de Angola empossado em 2017, João Lourenço, é também o líder do partido. Quanto ao desenvolvimento não foi tão bem-sucedido.

A China passou por um íterim de três décadas com expressivo crescimento

---

1 Guerra de Independência de Angola entre as forças angolanas, compostas por: União das Populações de Angola (UPA), MPLA e, a partir de 1966, UNITA; e as Forças Armadas de Portugal.

2 Os representantes do Governo de Angola e da UNITA, bem como representantes das Nações Unidas e uma equipe composta pelo Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia, foram os signatários do acordo de cessar-fogo, assinado em Luanda, que pôs fim a 26 anos de guerra civil em Angola.

econômico<sup>3</sup>, intensificado sobremaneira a partir da década de 2000, o que aumentou sua demanda por commodities de forma significativa. O crescimento da indústria e infraestrutura chinesas consumiu uma quantidade elevada de minério de ferro, utilizado na fabricação do aço, e aumentou sua renda per capita, impulsionando o consumo entre seus habitantes. O Estado passou de maior exportador de petróleo do Leste Asiático, posição que ostentava em meados da década de 1980, para o de terceiro maior importador mundial do produto em 2005, atrás apenas dos Estados Unidos da América (EUA) e do Japão<sup>4</sup>.

A crescente demanda chinesa por recursos naturais não se limitou ao petróleo, pois a importação de recursos minerais apresentou notável elevação a partir de 1999, devido à forte elevação de suas exportações, aumentando o valor agregado de seus produtos manufaturados. As empresas chinesas, movidas pela crescente demanda de matéria-prima, passaram a buscar novos mercados além do continente asiático. Assim, sua inserção na África<sup>5</sup>, continente rico em matérias-primas, visava suprir seus interesses econômicos.

Em consonância à necessidade angolana, a Política Externa Chinesa (PECh) encontrava-se em busca dos novos mercados para internacionalização dos seus produtos e serviços. Diante disso, a China verificou que com o final da guerra civil, Angola era uma oportunidade de negócios promissores, pois ansiava por investimentos, representava um mercado em potencial, bem como um excelente fornecedor de matérias-primas. Logo, a PECh encontrou neste Estado um parceiro em busca de socorro e foi uma resposta adequada às preocupações de desenvolvimento e atração de investimentos estrangeiros angolanos.

Diferentemente dos EUA e dos Estados que compõem a União Européia (UE), a China, em sua política externa, não se preocupa com as políticas internas do local onde

---

3 A China registrou um crescimento real médio do PIB de 9,1% entre MAR1992 e DEZ2019, alcançando um ápice de 15,3% em MAR1993 e um mínimo de 6,0% em SET2019. A título de comparação Alemanha, EUA e Japão apresentaram no mesmo período crescimento real médio do PIB de 1,2%, 3,1% e 3,3%, respectivamente. Fonte: CEIC Data. Disponível em: <<https://www.ceicdata.com/pt/indicator/china/real-gdp-growth>>. Acesso em 10 abr. 2020.

4 A China deixou de ser autossuficiente em petróleo em 1993 (Oliveira, 2007).

5 De um modo geral, o termo África, nas vezes em que aparece no texto, se refere à África Subsaariana.

investe, desde que os acordos entre ambas as partes sejam respeitados. De forma que os investimentos chineses contribuíssem para sustentar o governo angolano (MPLA) no poder por mais de 40 anos<sup>6</sup>.

Ainda quanto à questão de interferência na governança interna dos seus parceiros comerciais, a China não expande suas atribuições para além dos objetivos puramente econômicos, não discute valores éticos e morais, tais como responsabilidade social ou questões ambientais, em detrimento dos interesses comerciais, não interferindo assim nos assuntos internos da governança de Angola.

Em virtude do que foi apresentado anteriormente, o objetivo deste estudo é analisar, à luz da teoria Realista de Hans J. Morgenthau, o interesse econômico da China em Angola, no período compreendido entre 2005 e 2015, com o propósito de responder à seguinte questão: “Teria o interesse econômico da China em Angola, no período de 2005 até 2015, aderência ao antecipado pela teoria Realista segundo Morgenthau?”.

A relevância do presente estudo fundamenta-se nas relações comerciais que o Brasil mantém com os Estados africanos, em especial Angola, que é objeto deste trabalho, e no fato de o mercado consumidor africano representar uma ótima opção para fortalecer o comércio exterior brasileiro.

Para alcançar o objetivo proposto, a metodologia empregada nesta dissertação utilizará como desenho de pesquisa o confronto entre teoria e realidade, fundamentado em pesquisa bibliográfica e documental. Para tanto, será empregada como teoria de apoio à tese Realista de Morgenthau (2003), que na sua obra *Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz*, levanta os princípios fundamentais do seu Realismo Político. As evidências obtidas pela pesquisa bibliográfica e documental sobre o interesse econômico da China em Angola,

---

6 O MPLA assumiu o governo de Angola após a independência em 11 de novembro de 1975 e manteve-se, ininterruptamente, a frente do governo até as últimas eleições presidenciais em 2017, em que João Lourenço foi eleito democraticamente para um mandato de cinco anos como terceiro Presidente da República de Angola, isso significa que foi sufragado nas urnas o Programa de Governo do MPLA para o período 2017-2022. Fonte: Portal Oficial do Governo de Angola – Presidente. Disponível em: <<https://governo.gov.ao/ao/presidencia/presidente/>>. Acesso em 29 out. 2020.

no período de 2005 até 2015, será confrontada com aquela teoria para posterior análise e resposta da questão apresentada.

No segundo capítulo será apresentada a fundamentação teórica da pesquisa, buscando fornecer os conceitos necessários para atingir o entendimento pleno das análises nos capítulos seguintes.

No terceiro e quarto capítulos serão esmiuçadas as variáveis sobre as estratégias de política externa na relação sino-angolana, bem como de outros Estados interessados nessa relação, e qual sua aderência a teoria proposta por este trabalho.

No último capítulo será apresentado o desfecho desta pesquisa, seguindo ainda uma metodologia científica, confirmando ou negando a seguinte hipótese: “As ações da China em Angola no período compreendido entre 2005 e 2015 estavam em concordância com a Teoria Realista segundo Morgenthau (2003)”.

Sendo assim, na próxima seção serão examinados a fundamentação conceitual e teórica que servirão de base para este trabalho.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO CONCEITUAL E TEÓRICA

A fundamentação conceitual e teórica a ser utilizada neste estudo será explanada neste capítulo, e sua perfeita compreensão é essencial para analisarmos, à luz desta teoria, os argumentos que surgirão das evidências obtidas pela pesquisa bibliográfica e documental.

Para tanto, este capítulo será dividido em três seções, onde a primeira apresentará a teoria Realista segundo Morgenthau, a segunda abordará o significado de Investimento Estrangeiro Direto (IED), e finalmente, a terceira explicará aspectos geográficos e econômicos da cooperação entre Angola e China.

Dando continuidade ao trabalho, será realizada a apresentação do Realismo segundo Morgenthau com ênfase no conceito de Poder Nacional e seus elementos.

### 2.1 A Teoria Realista de Morgenthau

Thales de Castro (2016) em sua obra: *Teoria das Relações Internacionais*, ao comentar sobre o teórico germânico-estadunidense Morgenthau, afirma ser este o fundador do realismo neoclássico no cenário pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Outrossim, conforme o pensamento de Morgenthau, a teoria Realista é caracterizada da seguinte forma:

[...] o mundo, imperfeito como é do ponto de vista racional, resulta do encontro de forças inerentes à natureza humana. Assim, para poder melhorar o mundo, seria necessário trabalhar com essas forças, e não contra elas. Tendo em vista que vivemos em um universo formado por interesses contrários, em conflito contínuo, não há possibilidade de que os princípios morais sejam algum dia realizados plenamente, razão por que, na melhor das hipóteses, devem ser buscados mediante o recurso, sempre temporário, ao equilíbrio de interesses e à inevitavelmente precária solução de conflitos. Assim sendo, essa escola vê em um sistema de controles recíprocos um princípio universal válido para todas as sociedades pluralistas. Ela recorre mais a precedentes históricos do que a princípios abstratos e tem por objetivo a realização do mal menor em vez do bem absoluto.

Essa preocupação teórica com a natureza humana tal como ela se apresenta, e com os processos históricos, à medida que eles ocorrem, fez com que a teoria aqui caracterizada ganhasse o nome de realista (MORGENTHAU, 2003, P. 4).

Isso posto, observamos nas características descritas acima, os elementos

necessários para conceituar a teoria Realista neoclássica, de forma que para efeito deste trabalho, teoria Realista neoclássica, ou simplesmente teoria Realista, é a escola com visão de um mundo imperfeito, repleto de conflitos contínuos e interesses contrários, frutos da natureza humana. Em consonância com esse mundo imperfeito, não é factível utilizar plenamente de princípios morais, e quando for possível deve ser buscado o equilíbrio temporário de interesses como solução para os conflitos.

Nessa interpretação, a teoria se preocupa em retratar a natureza humana tal como se apresenta e objetiva alcançar um mal menor em vez de um bem absoluto, recorrendo para isso mais a fatos históricos que a princípios abstratos. Ainda na sua criação *A Política entre as Nações*, Morgenthau (2003) fundamenta o realismo político em seis princípios que podem ser resumidos da seguinte forma:

1. O realismo crê que a sociedade em geral, aí incluída a política, é governada por leis objetivas criadas pela natureza humana.

2. O conceito de interesse definido em termos de poder<sup>7</sup> é a principal ferramenta que situa o realismo político nas relações internacionais entre os Estados.

3. O realismo sustenta que o conceito-chave de interesse definido como poder estabelece uma característica objetiva e universalmente válida, porém não confere um significado fixo. A noção de interesse não é afetada pelas circunstâncias de tempo e lugar por fazer parte fundamental da natureza da política.

4. O realismo defende que as ações concretas dos Estados não se submetem às formulações abstratas dos princípios morais universais, devendo estas serem filtradas de acordo com a realidade no tempo e espaço.

5. O realismo não reconhece opiniões morais e religiosas de uma determinada sociedade como leis universais a serem respeitadas no âmbito das relações internacionais.

---

<sup>7</sup> Poder é a capacidade de alterar o comportamento de outros atores internacionais por meio de exercício de dominação e controle com finalidades determinadas (CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2016. p. 78.).

6. No realismo, o pensamento político é definido por interesse em matéria de poder, levando em consideração as relevâncias dos anseios econômicos, legais e morais, subordinando-os, entretanto, aos interesses de ampliar o poder do Estado.

De posse dos princípios apresentados, podemos destacar que as políticas dos Estados são direcionadas para buscar seus interesses definidos em termos de poder. Essa busca é realizada por uma política conduzida pela natureza humana, sem reconhecer limitações abstratas de aspirações morais e religiosas de uma determinada sociedade, agindo de acordo com a realidade no tempo e no espaço.

Em que pese já se ter no trabalho a definição de poder, por ser um conceito chave na teoria realista de Morgenthau, vamos analisar o Poder, que ele define como “a força de um homem sobre as mentes e as ações de outros homens, fenômeno esse que pode ser encontrado sempre que seres humanos vivem em contato social uns com os outros (MORGENTHAU 2003, p.199)”; e como este conceito se expande para o “poder de uma nação ou do poder nacional (MORGENTHAU 2003, p.199)”.

Analisando a perspectiva apresentada por Morgenthau (2003), o conceito de poder é definido em termos individuais. Contudo, como o Estado é formado por indivíduos, podemos elevar esse conceito do aspecto individual para o coletivo, tendo o cuidado de identificar os indivíduos que representam uma sociedade e exercem de fato o poder do Estado.

A este poder, ou seja, a força de um Estado sobre a vontade e ações de outros atores e indivíduos no Sistema Internacional<sup>8</sup> (SI), chamaremos neste trabalho Poder Nacional. Nessa interpretação não nos cabe confundir com o Poder Nacional conforme preconizado pela Doutrina Militar Naval<sup>9</sup>.

Uma vez definido o conceito-chave do Poder Nacional, fundamental para o

---

8 Sistema Internacional é o ambiente das interações sociais que extrapolam as fronteiras dos Estados nacionais, caracterizado pela ausência de um governo ou leis que regulem as relações que nele acontecem (PECEQUILO, 2012).

9 A Doutrina Militar Naval define Poder Nacional como “a capacidade que tem a Nação para alcançar e manter os objetivos nacionais, em conformidade com a vontade nacional. Manifesta-se em cinco expressões: a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científico-tecnológica (BRASIL, 2017, p. 1-1).

escopo deste trabalho, resta-nos estabelecer uma forma de quantificá-lo entre os Estados, tarefa esta elucidada também por Morgenthau (2003), por meio dos elementos que constituem o Poder Nacional, quais sejam: Geografia, Recursos Naturais, Capacidade Industrial, Grau de Preparação Militar, População, Índole Nacional, Moral Nacional, Qualidade da Diplomacia e Qualidade do Governo.

Devido ao fato de este trabalho focar no interesse econômico da China em Angola no período de 2005 até 2015, e por entendermos que recursos naturais e capacidade industrial são os elementos mais afetos a esse tipo de interesse, selecionamo-los como variáveis a serem analisadas nos fatos que serão apresentados nesta dissertação.

Morgenthau (2003) nos apresenta o elemento recursos naturais como um fator relativamente estável que exerce uma influência importante sobre o poder de um Estado em relação aos outros no SI. Os recursos naturais que um Estado dispõe são: alimentos e matérias-primas.

Em relação a estes recursos, os alimentos representam o bem mais essencial para qualquer Estado, e sua autossuficiência representa uma grande vantagem em relação aos outros Estados. Quanto as matérias-primas, elas representam o recurso natural fundamental para a produção industrial, em especial, para a condução de um conflito armado. Ainda sobre esses insumos, por tratar-se o petróleo do principal produto comercializado entre China e Angola, como será demonstrado neste trabalho, maior destaque deve ser dado a esta fonte de energia.

Ainda de acordo com Morgenthau (2003), o elemento capacidade industrial representa a aptidão de um Estado em processar e utilizar os recursos naturais para fins civis e militares. Os processos para transformar os recursos naturais em produtos e serviços a serem utilizados ocorrem nos complexos industriais que já existem no local, ou podem ser encontrados com facilidade em Estado vizinho ou aliado.



A qualidade e a capacidade produtiva das instalações industriais, o conhecimento de “como fazer” do trabalhador, a perícia do suporte técnico, o gênio criativo do setor tecnológico e a organização administrativa do setor gerencial são os fatores determinantes da capacidade industrial de um Estado e conseqüentemente do seu poder. Assim, qualquer alteração nesta capacidade, para melhor ou pior, resulta numa mudança diretamente proporcional no Poder Nacional do Estado e, conseqüentemente, na sua posição dentro da hierarquia de poder no SI.

Após essa sucinta apresentação da teoria Realista conforme as contribuições de Morgenthau, concluímos que as ações dos Estados convergem na busca pela ampliação do Poder Nacional para garantir a sua sobrevivência e impor suas vontades sobre outros Estados. Esse incremento de poder de um Estado em detrimento de outros gera desequilíbrio no SI.

Os fatos mencionados neste trabalho serão analisados à luz dos elementos que constituem o Poder Nacional de um Estado, pelos motivos já mencionados, mais precisamente os recursos naturais e a capacidade industrial. Por fim, levaremos sempre em consideração a natureza humana interferindo na política externa dos governos, seguindo princípios morais quando estes coadunarem com seu próprio interesse, ou flexibilizando-os quando necessário.

A seguir será abordado o significado de IED, conhecimento necessário para analisarmos os capítulos seguintes.

## 2.2 A Internacionalização do Sistema Produtivo

O conceito de internacionalização é muito amplo e abrange várias áreas do conhecimento. Sendo assim, para efeito deste estudo vamos nos ater ao que nos diz Ronaldo M. Sardenberg<sup>10</sup> em seu prefácio da edição brasileira de *A Política entre as Nações*, Morgenthau:

---

<sup>10</sup> Ronaldo Mota Sardenberg, diplomata de carreira, chefiou a missão brasileira junto à Organização das Nações Unidas (ONU), presidindo em várias ocasiões o Conselho de Segurança da ONU. Também foi secretário de assuntos estratégicos da Presidência da República e ministro da Ciência e Tecnologia.

No plano econômico, são nítidas as disjuntivas entre, de um lado, as tendências vinculadas ao processo de globalização, como a internacionalização do sistema produtivo, movimentação global e capitais, abertura comercial e revolução tecnológica e, de outro, a perpetuação da competição mundial pelos recursos naturais, o protecionismo comercial, o domínio dos mercados externos, os danos ambientais e, sobretudo, a prática ampliada da exclusão econômica dos países menos desenvolvidos (MORGENTHAU, 2003, P. XXXIV).

Da concepção apresentada, podemos depreender que a internacionalização de um sistema produtivo representa a operacionalização do investimento de um Estado em um mercado externo, com movimentação de capital vinculado ao processo de globalização. Neste processo o Estado, ou empresa estrangeira, aplica seu capital e comercializa seus produtos ou serviços fora do seu mercado de origem, ampliando sua área de atuação a outros mercados.

De acordo com Tiago Reis (2019), em seu artigo intitulado *IED: o que é e como funciona o Investimento Estrangeiro Direto*, IED é a aplicação de recurso financeiro vindo de um indivíduo ou empresa em um empreendimento específico de outro Estado, objetivando o crescimento da empresa que recebeu o investimento. Reis (2019) ressalta a diferença entre poupança externa, que seria a aplicação financeira em um Estado como um todo, e IED, cuja aplicação financeira visa uma empresa específica.

No artigo, Reis (2019) explica que na operacionalização do IED uma empresa, privada ou estatal, internacionaliza capital em um mercado externo, assumindo todos os riscos inerentes ao respectivo mercado. Nesse contexto, quanto maior a perspectiva de lucro, espera-se maiores os riscos inerentes.

Ao entrar em um mercado externo, uma empresa pode abrir uma filial adquirindo uma empresa local, ou construindo suas próprias instalações. Nessa situação o investimento envolve um interesse duradouro do investidor em operar fora da economia interna de seu Estado e o expõe aos riscos políticos do respectivo mercado externo. Para operacionalizar este tipo de investimento, uma empresa ou conglomerado empresarial, matriz estrangeira, deve envolver pelo menos uma empresa, filial local, que juntas formam um negócio multinacional.

Para viabilizar a internacionalização são necessárias linhas de crédito para as

empresas, estatais ou privadas, aplicarem seu investimento em um mercado externo. O financiamento não se encerra no empréstimo bancário clássico, as empresas normalmente buscam linhas de crédito que permitam uma maior flexibilidade frente a prejuízos temporários em negócios sazonais, ou para prevenir rupturas políticas inesperadas proveniente de outro Estado.

Por fim, precisamos entender como a política econômica interfere na operacionalização do IED de uma empresa ou Estado. Para tal vamos observar o conceito de política econômica conforme esclarecido a seguir por Morgenthau:

Portanto, sempre que em matéria de questões internacionais estiverem em discussão políticas econômicas, financeiras, territoriais ou militares, será necessário distinguir entre, digamos, políticas econômicas que são adotadas por seu próprio mérito e políticas econômicas que constituem parte dos instrumentos de uma orientação política - isto é, uma política cujo propósito econômico não passa de um meio para a finalidade de controlar as políticas de outra nação. Enquadra-se no primeiro caso a política suíça de exportações com respeito aos Estados Unidos. As políticas econômicas da União Soviéticas relacionadas com as nações da Europa Oriental situam-se na segunda. E o mesmo se aplica a muitas das políticas econômicas dos Estados Unidos voltadas para a América Latina, Ásia e Europa (MORGENTHAU, 2003, P. 58).

Assim, podemos perceber uma distinção entre a política econômica como um conjunto de ações governamentais que almejam atingir metas relacionadas à situação econômica de um Estado, uma região ou um conjunto de Estados, e a política econômica como ferramenta de coerção ou influência de um ator internacional em relação a outros.

No primeiro caso, as ações tomadas pela governança de um Estado para implementar sua política econômica pode passar por uma interação com entidades internacionais, tais como: o Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Banco Mundial (BM). Esta interação tende a ser maior quanto mais aberto ao capital estrangeiro for o Estado.

Finalmente, a abordagem da política econômica como instrumento de projeção de poder sobre outros Estados será o foco deste trabalho. Nesse contexto as decisões da política econômica de um governo não dependem somente de objetivos econômicos. Devem ser

levados em consideração as oportunidades e os riscos políticos envolvidos na busca de incrementar o Poder da Nacional em relação aos outros Estados e entidades internacionais envolvidos.

### 2.3 Aspectos Geopolíticos da Cooperação entre Angola e China

O termo *cooperação* direciona para um objetivo comum entre as partes, e na relação sino-angolana, os interesses econômicos são os mais relevantes, de forma que todos os aspectos da cooperação entre os dois Estados são, direta ou indiretamente, subordinados aos fatores ligados à economia.

A atuação da China investindo em mercados externos tornou-se crucial para a manutenção de sua economia em crescimento. Para tanto a PECh vem buscando uma cooperação com seus parceiros internacionais em consonância com a teoria de *soft power* criada por Joseph S. Nye Jr., professor de Harvard, que em seu livro *Soft Power: The Means to Success in World Politics*, Nye (2009) nos apresenta o conceito de *soft power*, criado para mensurar a capacidade de influência de um Estado baseado na sua cultura, nos ideais, nas normas e acordos bilaterais e na sua marca internacional enquanto país formador de opinião.

Por sua vez, Sardenberg (2003), ao comentar o conceito de *soft power* de Nye, em seu prefácio da edição brasileira de *A Política entre as Nações* de Morgenthau, afirma que na atualidade a ação diplomática adquiriu uma proposta preventiva e coercitiva, tais práticas refletem a lógica de superioridades políticas, econômicas, tecnológicas e militares entre os Estados. Essas ações de política externa serviriam de ponte entre o *soft power*, conceituado por Nye, e a imposição da força pelo *hard power*.

Levando em conta o que foi apresentado acima a cooperação entre China e Angola está inserida no conceito de *soft power*, visto que a China, por força de sua influência cultural e principalmente acordos bilaterais, ampliou com Angola o comércio internacional, a

ajuda financeira, o investimento direto e a posição em organismos multilaterais. Ou seja, ultrapassou o velho conceito de *hard power*, em que o poder econômico e as ferramentas militares são as formas clássicas de impor os acordos internacionais.

O fim da guerra civil de Angola em 2002 coincidiu com o lançamento da política de expansão da China, quando as empresas chinesas começaram a procurar novos mercados. Nesse contexto, na relação sino-angolana, predomina a crescente procura chinesa por petróleo e mercado consumidor de manufaturas e serviços, bem como a necessidade de recurso financeiro e investimento em infraestrutura angolana. O fator que melhor impulsiona essa relação é a crescente produção de petróleo em Angola.

O fato de a China precisar do continente africano como fornecedor de matérias-primas e recursos energéticos é uma realidade atual. Por conseguinte, muitas parcerias estratégicas que a China vem estabelecendo nos últimos anos têm envolvido parceiros comerciais ricos em petróleo. Nesse sentido, graças ao seu petróleo, Angola é o Estado que mais exporta do continente africano para a China, com um volume de exportações avaliado em 25,65 bilhões de dólares. Como contrapartida, a China é o maior parceiro comercial de Angola no mundo, com um volume de importações e exportações de 28 bilhões de dólares<sup>11</sup>.

Devido aos fatos mencionados, o petróleo é o principal alicerce da cooperação entre os dois Estados<sup>12</sup>, sendo os grandes investimentos da China direcionados para a indústria e logística do petróleo.

Em seu artigo intitulado *O dilema da geopolítica em Angola: entre o Heartland africano e o Atlântico Sul*, Eli Alves Penha<sup>13</sup> (2016) cita que o diplomata angolano Eduardo Beny (2007) afirmou que está em curso uma nova geopolítica do petróleo, com a gradual transferência de importância do Golfo Pérsico ao Golfo da Guiné (GoG), como novo centro

---

11 China Imports by Country e China Export by Country. Trading Economics, 2018. Disponível em <<https://tradingeconomics.com>>. Acesso em: 17 mai. 2020.

12 China Imports from Angola. Trading Economics, 2018. Disponível em: <<https://tradingeconomics.com/china/imports/angola>>. Acesso em: 17 mai. 2020.

13 Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1998). Disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/3989695/eli-alves-penha>>. Acesso em: 17 mai. 2020.

de produção petrolífera, e com todo o potencial de conflitos que isso acarreta.

Em termos geopolíticos, Penha (2016) afirma que esta região é definida por uma reentrância da costa ocidental da África, com características climáticas e culturais semelhantes, que passou a ser percebida como uma área rica em petróleo e de intensa incidência de pirataria (ANEXO A).

A posição geográfica torna Angola o Estado do GoG de maior proximidade da China, via Atlântico Sul, e o fato das jazidas de petróleo estarem relativamente distantes da costa e dos ataques de pirataria diminuem os riscos do investimento chinês (ANEXO B).

Segundo o relatório sobre as relações China-Angola à luz das oito iniciativas propostas na cimeira de Beijing do Fórum para a Cooperação China-África (FOCAC 2018), solicitado pela embaixada da China em Angola, o financiamento chinês representou 70% do investimento público angolano com recurso de origem estrangeira, conforme mostra a tabela 1 (ANEXO C).

Ainda de acordo com o relatório sobre as relações sino-angolanas no FOCAC 2018, tal financiamento foi proveniente especificamente do EximBank<sup>14</sup> da China. Com estes recursos de investimento direto, Angola custeou as despesas com a construção de hospitais, sistemas de abastecimento de água, usina de geração de energia e infraestrutura de distribuição elétrica.

Em vista do que foi apresentado, conclui-se que o predomínio do investimento chinês em Angola, em parte, é fruto da posição geográfica angolana que apresenta reduzida incidência de pirataria em seu litoral, devido a posição afastada de suas bacias petrolíferas, e possibilita o escoamento de sua produção de petróleo via Atlântico Sul. Resultando numa cooperação com a China que possibilitou Angola captar recursos financeiros consideráveis

---

14 Banco de Exportação e Importação da China. As atividades de comércio, investimento e ajuda da China na África cresceram rapidamente na última década, totalizando US\$ 5,75 bilhões em 2006. O *China EximBank*, em particular, desempenha um papel importante no fomento da rápida expansão do comércio e investimento chineses na África. Disponível em: <<https://www.wilsoncenter.org/event/china-exim-bank-africa>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

para investir em infraestrutura nacional. Esta cooperação é resultado tanto de acordos bilaterais entre eles, fomentado em grande parte pelo *soft power* chinês, quanto do cenário geopolítico em que Angola está inserido no GoG.

No próximo capítulo, com base na estrutura conceitual e teórica apresentada, vamos iniciar nosso exame sobre a realidade observada pela pesquisa bibliográfica e documental no que se refere ao interesse econômico da China em Angola, no período de 2005 até 2015.

### 3 A OPERACIONALIZAÇÃO DO INVESTIMENTO CHINÊS EM ANGOLA

No capítulo anterior, vimos que os fatos mencionados neste trabalho serão analisados, considerando que a natureza humana interfere na política externa dos governos, buscando aumentar o Poder Nacional de seu Estado conforme seu próprio interesse. Também mencionamos que a cooperação sino-angolana proporcionou a China fazer uso de sua política econômica como instrumento de projeção de poder sobre Angola, todavia, permitiu aos angolanos captar recursos financeiros consideráveis para investir em infraestrutura nacional.

Agora pretendemos entender como acontece a operacionalização do investimento chinês em Angola. Para tal examinaremos a estratégia da China em Angola, como é implementada essa estratégia e vamos verificar como ocorreu o investimento das empresas chinesas em Angola no período do objeto deste estudo, qual seja, de 2005 até 2015.

#### 3.1 A Estratégia da China em Angola

Conforme You Ke<sup>15</sup> (2016) em sua tese *A Construção do Soft Power Chinês em Angola*, nos esclarece, a estratégia chinesa em Angola consiste em atividades diplomáticas e empresariais. Suas abordagens envidam esforços na afirmação do *soft power* chinês neste Estado em três frentes: empréstimos e investimentos, cuidados em saúde e educação.

Em tese de mestrado intitulada *Envolvimento Multifacetado da China em Angola*, do Instituto Superior de Economia e Gestão na Universidade Técnica de Lisboa, Hugo André Pires Miranda Morais<sup>16</sup> (2011) afirma que houve uma intensificação nas relações sino-angolanas a partir de 2004, fruto de vários acordos econômicos. Tal cooperação está direcionada para financiamentos a fim de garantir as necessidades energéticas da China e consolidar o Programa de Reconstrução Nacional de Angola. De acordo com o autor, em

---

15 Mestre em Cultura e Comunicação pela Universidade de Lisboa, orientada pelo Professor Doutor António Barrento e pela Professora Doutora Maria Clotilde Almeida.

16 Mestre em Gestão e Estratégia Industrial pela Universidade Técnica de Lisboa, orientado pelo Professor Doutor Joaquim Alexandre dos Ramos Silva.



2007, José Eduardo dos Santos<sup>17</sup> afirmou: *a China precisa de recursos naturais e Angola quer o desenvolvimento. Por estes motivos os dois países estão empenhados numa cooperação construtiva*. Já em 2009, o ministro chinês Chen Deming declarou: *a China está disposta a aumentar a cooperação com o seu maior parceiro comercial africano, Angola*.

Conforme a contribuição de Sofia da Graça Cordeiro Fernandes<sup>18</sup> (2015) a estratégia diplomática chinesa para África foi complementada com a criação do EximBank em 1995, que introduziu uma componente comercial à ajuda chinesa. Em abril de 2011, o governo chinês publicou o *White Paper on China's Foreign Aid*, incluindo o termo “ajuda” no título de um documento oficial sobre a sua política de cooperação com a África. Este termo enfatiza o discurso da amizade e respeito mútuo, o fortalecimento das relações políticas, dos contatos bilaterais e o aumento dos laços económicos e comerciais, de forma a implementar uma ordem económica internacional mais equilibrada<sup>19</sup>.

Ke (2016) afirma que a estratégia chinesa em Angola consiste em atividades diplomáticas e empresariais que objetivam a afirmação do *soft power* chinês em Angola, além disso Morais (2011) sugere que os dois Estados reconhecem, de modo oficial, uma convergência de interesses mutuamente vantajosa. Por outro enfoque, Fernandes (2015) sugere um interesse chinês na cooperação comercial com a África de melhorar as capacidades e o posicionamento dos Estados africanos na comunidade internacional.

Isso posto, percebemos uma confluência de ideias entre os autores que convergem no sentido de uma estratégia chinesa de cooperação com Angola. Tal cooperação, na perspectiva da China, visa incrementar o comércio entre os Estados pelo IED, com finalidade de garantir os recursos naturais angolanos, notadamente o petróleo, para manter o crescimento de sua capacidade industrial, expandindo assim seu Poder Nacional.

17 José Eduardo dos Santos é Ex-Presidente da República de Angola, cargo que exerceu desde 21 de setembro de 1979 até 26 de setembro de 2017.

18 Doutora em Estudos Africanos pelo Instituto Universitário de Lisboa. Orientada pelo Prof. Doutor Fernando Jorge de Teixeira Cardoso.

19 Lin Ganjing, chefe da delegação chinesa na segunda Cimeira do Sul (South Summit) realizada em Cuba em Abril de 2000, cit, por Shelton, Garth (2005).

Contudo, parece pouco realista a visão de Fernandes (2015) sobre o interesse chinês visar um incremento de Poder Nacional angolano, sendo mais lógico acreditar numa estratégia chinesa de cooperação com Angola em busca de incrementar seu próprio Poder Nacional, provocando, neste caso concreto, também um incremento no Poder Nacional de Angola. Resultando assim em uma cooperação de *ganha-ganha* entre estes Estados.

Resumidamente, a estratégia chinesas para expandir sua influência em Angola se deve ao interesse de vincular o continente africano ao seu comércio internacional, bem como a necessidade de ter acesso a fontes de petróleo e outros recursos naturais, para dar continuidade ao seu processo de crescimento econômico e industrial dos últimos anos.

### 3.2 A Política Externa Chinesa para Angola

Na sessão anterior vimos que a estratégia de cooperação da China em Angola visa ampliar seu Poder Nacional e neste caso concreto vem ampliando também o Poder Nacional angolano. Sucede agora a dúvida de como sua política externa está implementando essa estratégia, pretendemos elucidar essa questão neste momento.

Segundo Morais (2011), o mercado africano é tradicionalmente dominado pelas potências Ocidentais, e para adentrar nesse mercado a PECh oferece uma alternativa diferente aos africanos, atuando em três princípios fundamentais: Tempo, Espaço e Conhecimento.

O Tempo é uma vantagem competitiva chinesa, pois finalizam os investimentos em Angola com enorme rapidez; o Espaço caracteriza o objetivo de expansão da PECh para suprir seus interesses geopolíticos de médio e de longo prazo; e o Conhecimento consiste na disponibilidade de tecnologia chinesa avançada suprimindo as necessidades angolanas, e assim, ampliando a dependência de Angola na cooperação com a China.

Ainda de acordo com Morais (2011), a PECh em Angola visa recursos para sustentar o seu ritmo de crescimento, e como tal, a maioria dos investimentos chineses são

relacionadas ao petróleo e outras commodities para a China. Contudo, o investimento chinês também incide em outros setores, como educação, saúde e energia. Tal fato respalda a presença de cidadãos chineses na região, além de beneficiar a população local de modo geral.

Como afirma Fernandes (2015) a lógica chinesa de política externa busca uma cooperação que resulte em benefício mútuo, respeito a soberania e igualdade entre os Estados, e que sustente sua necessidade de desenvolvimento; ressaltando ainda que mesmo sendo uma grande potência econômica, a PECh adota uma postura de Estado em desenvolvimento no SI.

Aquela autora enfatiza que a importância do fator econômico na hierarquização das potências adquiriu maior proeminência após o fim da Guerra Fria (1947-1989). E que embora a capacidade militar e a disposição de utilizar essa capacidade em defesa dos interesses nacionais no SI, constituem prerrogativas de uma grande potência, não parece fazer parte das intenções chinesas para Angola a atuação direta no campo de defesa.

De um lado Morais (2011) nos afirma que a PECh para Angola tem interesse prioritário em garantir os recursos necessários para ampliar sua capacidade industrial e crescimento econômico. Por outro enfoque, Fernandes (2015) nos traz que as prioridades chinesas situam-se na manutenção de sua política de cooperação com o atual regime político interno, sem alterações na governança angolana.

Tendo em vista o que foi apresentado, percebemos que as ideias dos autores convergem para uma atuação da PECh com a finalidade de ampliar seu poder de influência na construção dos princípios e normas que governam o SI, e não alterá-los unilateralmente.

O crescimento econômico chinês impôs a necessidade de maior participação em mercados internacionais. O aumento da demanda chinesa por recursos naturais, principalmente combustíveis e minerais, apresentou uma elevação exponencial a partir de 1999, conforme observado no gráfico 1 do ANEXO D, devido à forte elevação de suas exportações e aumento do valor agregado de seus produtos manufaturados.

Dado o exposto, o aumento dos elementos recursos naturais e capacidade industrial, constituintes do Poder Nacional chinês, combinados com a nova dinâmica do pós-Guerra Fria, que elevou a importância do fator econômico na hierarquização das potências, provocaram a universalização da PECh, sendo Angola parte deste movimento de expansão.

Nesse contexto, a força impulsionada pela capacidade econômica chinesa é o principal instrumento de sua política externa, alicerçada na capacidade do Estado em realizar grandes investimentos, oferecer extensas linhas de crédito, absorver a produção dos seus parceiros comerciais e suportar eventuais inadimplências comerciais destes.

Conclui-se que, em consonância com a teoria Realista de Morgenthau (2003), a PECh para Angola amplia sua segurança no suprimento de recursos naturais, notadamente petróleo. Tal conduta transformou a crescente dependência destes insumos em impulso para sua capacidade industrial, aumentando seu Poder Nacional para garantir sua sobrevivência e influência no SI, sem se preocupar com princípios éticos e morais do governo angolano.

### 3.3 O Investimento Chinês em Angola

Nós observamos que a estratégia chinesa de cooperação para expandir sua influência em Angola, visa suprir as demandas em seu processo de crescimento econômico e industrial. Além disso, ao implementar essa estratégia, a China amplia seu Poder Nacional e garante sua influência no SI em conformidade com o que nos apresenta Morgenthau (2003).

Agora nos cabe verificar como vem ocorrendo a operacionalização do investimento chinês em Angola, e mais, qual o retorno desse investimento para ambos os Estados.

Para tal, iniciaremos observando o Relatório de Responsabilidade Social Corporativa das Empresas Chinesas em Angola (2015), onde o presidente chinês Xi Jinping, e o então presidente angolano José Eduardo dos Santos exortam os resultados da cooperação

entre os Estados. Segundo o relatório, essa parceria estratégica entre os dois governos trouxe desenvolvimento econômico e comercial, bem como progressos nas áreas de energia e indústria, tornando assim, Angola, uma das maiores parcerias comerciais da China na África.

O modelo de cooperação *ganha-ganha* adotado na cooperação sino-angolana baseia-se fortemente no IED, já definido na capítulo anterior, como mostra a tabela 2 (ANEXO E). Este relatório (2015) nos mostra que o IED da China em Angola tem crescido de forma expressiva, e com ele a possibilidade de promover o desenvolvimento angolano.

Conforme entende Ke (2016), o fim da guerra civil angolana, em 2002, tornou Angola um território ideal para implementação de negócios envolvendo empresários chineses, devido aos ricos recursos naturais angolanos, à necessidade urgente de reconstrução nacional e a grande dificuldade de conseguir empréstimo com o FMI, que exigiu do governo angolano maior transparência nas contas governamentais. Assim, algumas empresas chinesas, principalmente nas áreas de construção civil, petróleo e exploração de minerais, começaram a estabelecer-se em Angola a fim de fornecer apoio à reconstrução do Estado. Considerando o dilema de Angola uma oportunidade de cooperação, o EximBank da China acordou com o governo angolano uma linha de crédito no valor de dois bilhões de dólares americanos, garantida pelo petróleo, sem as exigências de governança feitas pelo FMI.

De acordo com Diego Pautasso<sup>20</sup>(2010), em seu artigo intitulado *A Economia Política Internacional da China para Angola e os Caminhos da Transição Sistêmica*, a PECh tem utilizado a capacidade econômico-financeira para ampliar o relacionamento com Angola, sobretudo na reconstrução e desenvolvimento deste Estado. O autor nos informa que os investimentos chineses oriundos do Eximbank integram o Programa de Investimento Público do Ministério das Finanças de Angola, composto por três acordos de crédito que totalizam 4,5 bilhões de dólares. Esses recursos são destinados a projetos em setores como saúde, educação,

---

20 Doutor em Ciências Políticas pela UFRGS e professor de Relações Internacionais da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM).

energia, águas, pesca, comunicações, obras públicas e agricultura.

Os projetos do governo angolano são conduzidos por um grupo de trabalho conjunto, formado pelo Ministério das Finanças de Angola e pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e Assuntos Comerciais da China. Um gabinete técnico de Gestão da Linha de Crédito da China acompanha a execução dos projetos financiados, e após a conclusão da obra, o Eximbank realiza o pagamento às empresas contratadas, geralmente empreiteiras chinesas, pelo débito da importação de petróleo angolano. Nessa operação financeira não há mobilização de dólares<sup>21</sup>.

Pautasso (2010) cita ainda, como forma de financiamento à Angola, os Fundos de Investimento. Este é o caso do *China International Fund*, de Hong Kong, que já emprestou cerca de 3,9 bilhões de dólares em créditos ao governo angolano oferecidos em 2008, decorrentes da redução dos preços do petróleo e da crise financeira internacional.

Os projetos do governo chinês para Angola visam a área de infraestrutura, cabendo destacar a reabilitação do setor de transporte com a recuperação da ferrovia Lobito (Benguela)-Luau (Moxico), com mais de 1.300 km ligando a costa Atlântica à fronteira com a Zâmbia e à República Democrática do Congo (RDC), ao custo de 1,8 bilhão de dólares e utilizando 3 mil trabalhadores angolanos e 1,5 mil chineses; a reabilitação da ferrovia Namibe-Menongue, com mais de 900 km, no valor de 2 bilhões de dólares; e a ferrovia Luanda, com 444 km, no valor de 90 milhões de dólares. Além disso, há a construção do novo aeroporto de Luanda, no valor de 450 milhões de dólares<sup>22</sup>.

No setor rodoviário, aquele autor fornece as informações de 107 km da rodovia ligando a província do Cunene à Namíbia, que foram asfaltados e sinalizados pela empresa *China Road and Bridge Corporation*; e a construção da auto-estrada Luanda-Soyo, ligando a

21 Pautasso (2010) cita como fonte os documentos e informações no site do Ministério das Finanças do Governo de Angola. Disponível em: <<http://www.minfin.gv.ao/docs/dspProjGov.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2010.

22 Pautasso (2010) cita como fonte as notícias no site do Governo de Angola – “Empresa China Ferrovia reconstrói troço ferroviário Lobito/Luau”. Disponível em: <<http://www.governo.gov.ao/NoticiaD.aspx?Codigo=5016>>. Acesso em: 01mar. 2010.

capital ao norte do Estado, com 500 km e três faixas de rodagem em cada sentido, pela empresa *Sinohydro* da China.

Ainda segundo Pautasso (2010), o setor de energia tem recebido grande atenção, como atestam as obras de construção e reabilitação das redes elétricas de Luanda, Benguela, Huambo, Bié, Lubango e Namibe. Ainda em infraestrutura urbana, destaca-se a atuação das empreiteiras chinesas nas obras na cidade do Dundo, realizadas pela empresa chinesa *Pan-China Construction Group*, na construção de 20 mil apartamentos, saneamento e serviços urbanos, bem como a reabilitação dos sistemas de abastecimento de água das cidades do Dundo e Saurimo, celebrada entre o Ministério da Energia e Águas de Angola e a *China National Electronics Import e Export Corporation* no valor de 35 milhões de dólares. Há ainda o investimento em transportes coletivos urbanos de cerca de 500 milhões de dólares para diversas províncias, com a aquisição de 5.500 veículos.

Pautasso (2010) também menciona muitos investimentos para a melhoria dos serviços públicos nos setores de saúde, educação, ciência e tecnologia. Em 2008, foi inaugurado o Hospital Central de Lubango que custou 48 milhões de dólares, com 520 leitos, 27 especialidades e capacidade de 68 mil operações cirúrgicas por ano. Em 2006, em apenas 15 meses, foi construído o Hospital Geral de Luanda, com custo de 6 milhões de dólares disponibilizados pela China e mais 2 milhões financiados por Angola. A China ofereceu ainda suporte técnico, com o envio de médicos chineses e o treinamento dos colegas angolanos. Na educação angolana, a cooperação com a China proporcionou a construção, aparelhamento e transferência de conhecimentos em 53 instituições de ensino tecnológico. Tais políticas públicas estabelecem bases para o desenvolvimento e a melhora dos indicadores sociais angolanos.

Quanto ao que tange prestação de serviços, há o caso da empresa chinesa de telecomunicação ZTE, que assumiu a direção da operadora de telefonia móvel angolana

Movicel em 2008. Até mesmo os estádios de futebol para o Campeonato Africano das Nações, realizado em Angola em 2010, contaram com o apoio técnico e financeiro chinês.

O Relatório de Responsabilidade Social Corporativa das Empresas Chinesas em Angola (2015) nos mostra que o IED da China em Angola tem crescido de forma expressiva, e com ele a possibilidade de promover o desenvolvimento angolano. Por outro enfoque Ke (2016) sustenta que a procura de capital e tecnologia por parte de Angola e a demanda chinesa por recursos naturais, bem como a expectativa de internacionalização das empresas chinesas, constituíram os principais motivos que conduziram à intensificação dos laços sino-angolanos na primeira década do século XXI.

Outrossim, Pautasso (2010) assinala que nas relações sino-angolanas afloram interesses nacionais particulares de cada um dos Estados. Para a China, as relações com a África, e com Angola em particular, representam a manutenção do suprimento de recursos naturais, sobretudo petróleo. Enquanto para Angola, a China é um parceiro fundamental na sua reconstrução e desenvolvimento, representando uma oportunidade de aumento do Poder Nacional angolano e sua relevância no SI. Nesse sentido, Angola busca preservar certa autonomia e construir uma política externa de liderança regional na África.

Em vista dos argumentos apresentados, percebemos que o volume comercial entre os dois Estados aumentou em ritmo acelerado na última década, conforme o Gráfico 2 (ANEXO F). Este aumento impulsionou os investimentos chineses de capital privado e das grandes empresas estatais, provocando grande vinculação de Angola à China. Entretanto, permite ao governo angolano evitar as imposições dos EUA e UE, além de organismos internacionais como FMI e BM, que frequentemente violam a soberania de Estados periféricos no SI.

Atualmente, Angola é uma das maiores parcerias comerciais africanas da China, conforme ANEXO G, fruto do Estado asiático adquirir mais da metade das exportações de



Angola (ANEXO H). Essas exportações baseiam-se fortemente no petróleo, o que tornou o Estado africano extremamente dependente deste recurso, e exposto as flutuações no preço dessa commodity. Como a área de petróleo e gás tornou-se o único setor dinâmico da economia angolana, com estagnação do restante de suas finanças, Angola encontra-se em grande fragilidade estratégica no SI, pois depende fortemente do investimento chinês para sobreviver.

Ao encerrar este capítulo passaremos ao estudo das influências internacionais em Angola e de como as atuações dos atores estrangeiros nessa região interferem no entorno estratégico brasileiro.

## 4 A INFLUÊNCIA INTERNACIONAL EM ANGOLA

No capítulo anterior, verificamos que a estratégia chinesa em Angola objetiva vincular o continente africano ao seu comércio internacional, atendendo sua demanda por recursos naturais e conquistando mercado consumidor para sua produção industrial. A PECh implementa essa estratégia em grande parte por IED, suprimindo sua crescente demanda de insumos para fortalecer sua capacidade industrial, ampliando seu Poder Nacional, sua sobrevivência e influência no SI, sem se preocupar com princípios éticos e morais de Angola.

Com isso, o governo chinês implementa sua política externa em consonância com a teoria Realista apresentada por Morgenthau (2003). Agora pretendemos analisar a influência internacional em Angola na atualidade, como ela se relaciona com a presença militar na África e sua interferência nos interesses brasileiros.

### 4.1 A Influência Chinesa em Angola

Segundo Fernandes (2015), a China pauta sua “ajuda” na ideia de igualdade entre Estados, colocando-se como uma região em desenvolvimento e nas mesmas condições de influência no SI. Assim a relação social percebida não é unilateral, mas de reciprocidade. Ao colocar-se em posição de igualdade em termos geopolíticos, a China defende princípios que servem aos seus interesses.

A autora afirma ainda que a promoção da democracia ou dos direitos humanos são excluídos da influência chinesa, pela defesa do princípio da autonomia e da não interferência, e pela própria incongruência relativa às escolhas políticas do regime interno chinês. Todavia, mesmo com reduzidas condicionantes políticas, o governo chinês influencia os decisores políticos locais, em particular onde há interesses estratégicos e grandes investimentos, com exigências de utilização dos equipamentos, mão de obra e produtos chineses.

De acordo com Morais (2011), as empresas chinesas depararam-se com vários

obstáculos, fruto de Angola buscar uma diversificação dos seus parceiros econômicos, a fim de evitar a dependência chinesa. Prova disso é o acordo com o FMI, em 2009, para a concessão de um crédito, no valor de 1,4 bilhão de dólares. Este acordo foi o maior financiamento do FMI, firmado recentemente, a um Estado africano. Assim, Angola assume uma postura ativa em relação às condições dos investimentos chineses, exigindo mais contrapartidas. As linhas de crédito chinesas permitem que Angola resista às pressões das instituições financeiras ocidentais, em matéria de transparência das contas públicas, porém, o financiamento abre um novo caminho nas relações entre o FMI e o governo angolano.

Como entende Pautasso (2010), a presença da China em Angola não denota uma nova colonização ou manutenção da condição africana de periferia no SI. A cooperação sino-angolana faz parte da construção de uma nova ordem mundial multipolar, com ascensão da China como potência mundial e a projeção de potências emergentes no SI. Embora a relação sino-angolana apresente contradições e assimetrias, fruto das diferenças inerentes aos interesses nacionais de cada Estado, esta relação parece prover mais oportunidades do que coerções.

Para Pautasso (2010) a presença da China na África, da mesma forma que a do Brasil na América do Sul, está criando novos caminhos no SI baseados nos seus interesses nacionais. As assimetrias entre esses interesses geram novos conflitos, mas com padrões diferentes dos estabelecidos pelas antigas potências ocidentais.

Conforme o pensamento de Ke (2016), em contraste com as frutíferas relações econômicas, a relação cultural com a presença chinesa em Angola não é fácil. Ela deixa claro sua profunda impressão sobre o choque cultural entre as duas civilizações. Citando como exemplo o documentário da BBC em 2011, intitulado *The Chinese Are Coming*, no qual a maioria dos entrevistados angolanos manifestam uma atitude positiva quanto a China, mas criticam o costume chinês de viver numa comunidade fechada, sem integração com a

sociedade local, nem vontade de conhecer a língua ou a cultura africana.

As observações da autora revelam um descompasso cultural contrastante com as estatísticas comerciais e, baseando-se em entrevistas e dados objetivos, resumiu os principais problemas da presença chinesa em Angola da seguinte forma:

Primeiro, a cooperação cultural não obteve a mesma atenção que a econômica, em virtude de uma relação bilateral baseada principalmente no comércio da energia e no crescimento econômico. Mesmo tendo conquistado taxas elevadas de crescimento econômico nos últimos anos, os Estados apresentam muitas deficiências na transição desse crescimento em desenvolvimento social para suas populações, apresentando uma disparidade significativa em relação a Estados com desenvolvimento mais consolidado. O objetivo primaz na cooperação das duas partes é o benefício econômico, considerando secundário o intercâmbio cultural.

Segundo, a língua representa uma barreira, que provoca uma dificuldade de comunicação muito relevante no intercâmbio cultural entre os Estados. O contexto histórico e político durante a Revolução Cultural na China, que ocorreu de 1966 a 1976, limitou sobremaneira o ensino de línguas estrangeiras. O caso de Angola é mais delicado, pois fala-se a língua portuguesa, quase desconhecida na China até recentemente. Mesmo tendo sido Macau ex-colônia portuguesa e, como tal, um laço cultural entre China e Portugal, a implantação da língua portuguesa é quase inexistente. Em 2011, apenas 2,44% da população chinesa sabiam falar o idioma e apenas 0,75% o usavam rotineiramente. Ke (2016) salienta que além da escassez de pessoal com proficiência na língua portuguesa, as pessoas qualificadas e com domínio da língua demonstram grande relutância em trabalhar em Angola devido a deficiências de infraestruturas e violência urbana, mesmo com elevados salários.

Terceiro, o povo chinês costuma portar-se como uma sociedade fechada a entrada de influências estrangeiras e de cultura rígida, procurando não adentrar nas comunidades

locais por onde expandem sua presença.

Em vista do que nos apresenta Fernandes (2015), a condição reduzida de interferência política da presença chinesa em Angola não corresponde à ausência de condicionantes, sendo a presença chinesa caracterizada pela forte ressalva de aquisição de equipamentos, mão de obra e produtos chineses. Enquanto para Morais (2011), o ponto central da presença chinesa em Angola parece estar na redução dos riscos na aquisição de suas necessidades energéticas, por via de garantias de empresas de fornecimento e de ligações *joint-venture*<sup>23</sup>. Contudo, o governo angolano parece procurar diversificar seus parceiros internacionais para enfraquecer a posição chinesa nas suas negociações. Na visão de Morais (2011), a médio prazo, a influência chinesa parece alcançar os resultados esperados, entretanto, percebe-se uma tensão crescente entre ambas as partes.

Por sua vez Pautasso (2010), destaca não haver imposição de modelos político-institucionais, de ajustes macroeconômicos ou intervenções militares. Não obstante, há condições vantajosas de financiamento, disposição para a cooperação tecnológica e uma agenda diplomática convergente no que se refere à reorganização da governança do SI.

Por outro enfoque Ke (2016), nos esclarece que o fechamento da sociedade chinesa provoca problemas concretos com sua presença em Angola. Ela cita que as condições precárias de infraestrutura e segurança locais criaram uma condição de comunidade fechada, em busca de isolamento dos angolanos. Além disso, a barreira da língua e a diferença cultural trazem muitas dificuldades para a rotina diária dos chineses, impedindo a compreensão da cultura local. Por fim ela nos traz a importante menção à ideologia tradicional asiática, em que a vida social é baseada na harmonia, em vez da liberdade, ao contrário da sociedade ocidental, que dá muita importância à independência ou ao individualismo.

Em que pese a influência causada pela presença chinesa em Angola ser marcada

---

23 *Joint-venture* é a associação provisória entre empresas para execução de um determinado projeto comercial, dividindo as obrigações, os riscos e os lucros. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/joint-venture/>>. Acesso em: 06 ago. 2020.

pela cooperação entre os Estados, com reduzida interferência política, ainda assim as ressalvas chinesas quanto a aquisição de equipamentos, mão de obra e produtos chineses causam um desconforto por parte do governo angolano, que procura enfraquecer a posição chinesa na negociação entre eles.

Em virtude do mencionado, o esforço de ambos os Estados em defender seus interesses na busca de ampliar seus respectivos Poderes Nacionais provoca uma tensão latente entre eles, em concordância com a teoria Realista de Morgenthau (2003). Tensão está muito ampliada por disrupturas culturais existentes na relação sino-angolana, que, embora esteja colocada em segundo plano devido aos benefícios econômicos gerados para ambos, representa uma excelente oportunidade a ser explorada por outras potências emergentes, como por exemplo o Brasil que pode fazer uso dos laços culturais que ligam o Brasil a Portugal e todas as suas ex-colônias, laços estes que facilitam a presença brasileira em Angola.

#### 4.2 O Contraponto à Presença Chinesa em Angola

A presença chinesa em Angola tem influenciado a população local de modo positivo e gerado progresso aos africanos, contudo paradoxalmente, também provoca uma crescente tensão entre os Estados fruto de ambos buscarem ampliar seu Poder Nacional e também a grandes diferenças culturais na relação entre eles. Agora vamos analisar como outros governos estão fazendo o contraponto à presença chinesa em Angola.

Segundo Penha (2016), a posição do governo angolano pós independência enfrentou ferrenha oposição de seus vizinhos, pois o consideravam um governo socialista de grande ameaça à estabilidade regional. Estados como o Zaire e a África do Sul apoiaram ostensivamente os grupos de oposição ao MPLA, sobretudo a UNITA de Jonas Savimbi. Para Penha (2016), graças aos recursos obtidos com os diamantes e o petróleo pós fim da Guerra Civil angolana, em 2002, Angola procurou obter maior influência junto ao seu *hinterland*. E

graças a parceria com a China, desenvolveu consideravelmente vias de comunicação e portos, exercendo um poderoso poder de atração sobre a Namíbia, Zâmbia e Zimbábue.

De acordo com Penha (2016), a África do Sul foi o Estado mais hostil ao governo angolano (partido MPLA). A partir de bases militares instaladas no território sul-africano da África do Sudoeste (atual Namíbia), na fronteira sul de Angola, a África do Sul treinava as forças da UNITA e lançava seus ataques ao território angolano, causando sérios danos às estruturas econômicas do Estado. O motivo era que Angola abrigava forças hostis ao governo sul-africano, durante sua luta contra o apartheid, e a necessidade de frear o avanço comunista na região. Contudo, as relações bilaterais entre Angola e a África Sul, durante o período Mandela (1994-1999), obtiveram bons resultados, o que não se repetiu no governo de Thabo M'Beky (1999-2008), as principais divergências foram quanto à forma da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) atuar nos conflitos da RDC. Angola, Namíbia e o Zimbábue foram favoráveis à intervenção militar, com anuência da União Africana e da ONU, mas a África do Sul se posicionou contrária.

Angola considera a segurança regional fundamental para garantir sua ordem interna, o que explica o seu papel intervencionista na África Central. Isso provoca um sentimento de desconfiança da África do Sul de que Angola desenvolva um poder de influência regional que rivalize com o seu.

África do Sul é uma potência mundial emergente e um expoente africano. Dispõe de consideráveis recursos naturais e capacidade industrial, bem como um contingente populacional que a torna imbatível na região. Naturalmente a África do Sul expande seu poder de influência sobre grande parte da África Central e Austral, através do financiamento de projetos rodoviários e ferroviários, que ligam o interior do continente aos portos africanos. Neste contexto, graças a sua cooperação com a China, Angola parece ser o único Estado da SADC a resistir a esta influência sul-africana (PENHA, 2016).

Como observou João Paulo de Moura Alves (2015) em seu artigo intitulado *Da guerra ao terror à presença chinesa na África: a criação do AFRICOM e a sua lógica*, nas relações internacionais contemporâneas ocorre uma nova disputa pela África, sendo as potências emergentes protagonistas neste novo processo. Os chineses nessa disputa passaram despercebidos pelos europeus e estadunidenses até a crise de 2008, quando foi dado início a uma ofensiva diplomática a fim de combater a já avançada influência chinesa no continente africano. A relação sino-africana tornou-se evidente com a expansão chinesa no continente africano por incremento do comércio e investimentos diretos, culminando no FOCAC, criado em 2000. Um outro aspecto importante, citado por Alves (2015), é que o apoio do continente africano, aproximadamente um quarto dos Estados do planeta, aumenta a credibilidade do governo chinês em organizações internacionais, ampliando sua força diplomática.

Assim, Alves (2015) nos traz dois aspectos muito relevantes, o apoio diplomático africano no SI e o Golfo da Guiné, com seu petróleo de grande importância estratégica para a segurança energética tanto dos EUA, quanto da China. O petróleo da região, além de ser de alta qualidade e de fácil refino, localiza-se normalmente afastado da costa, diferente do petróleo encontrado no Oriente Médio. Tal fato representa uma vantagem, uma vez que reduz custos com transporte, violência e riscos da política interna dos Estados; e uma desvantagem, já que aumenta os riscos com atentados terroristas e pirataria.

Inserido nesse contexto apresentado por Alves (2015) ocorre o choque de interesses estadunidense e chinês na África, sendo o Comando Militar Unificado para a África (AFRICOM)<sup>24</sup> uma resposta afirmativa à preferência dos governos africanos estabelecerem parcerias estratégicas com os chineses. Outra medida adotada pela potência ocidental é acusar

---

24 Das áreas de responsabilidade dos Comandos Combatentes dos EUA, o AFRICOM é responsável pelos assuntos de segurança da África, coordenando e realizando operações e exercícios militares com os países africanos, abrangendo Nigéria, Angola e Camarões. O exercício *Obangame Express* possui o intuito de promover o combate à pirataria e ao terrorismo e de proporcionar o adestramento e a capacitação das marinhas africanas para o combate dessas ameaças. Fonte *Africa Command – GlobalSecurity.org*. Disponível em: <<https://www.globalsecurity.org/military/agency/dod/africom.htm>>. Acesso em: 06 ago. 2020.



a China de cooperar com os chamados Estados *fragilizados*<sup>25</sup>, que apresentam histórico de desrespeito aos direitos humanos e características antidemocráticas. Ele sugere que o AFRICOM sustenta um discurso de desenvolvimento autônomo para os Estados africanos, mas na verdade manipula-os a fim de alcançar seus objetivos políticos específicos, sem os custos de um investimento direto.

Por um lado Penha (2016) nos apresenta que Angola é o único membro da SADC a resistir a influência da África do Sul, que é a uma potência emergente e um expoente africano a expandir seu poder de influência sobre a África, mediante financiamento de projetos rodoviários e ferroviários. Nesse contexto, graças a sua cooperação com a China, Angola parece ser o único Estado da África central e austral com tal capacidade.

Por sua vez, Alves (2015) sugere que não obstante a oratória benevolente e cooperativa proposta pelos EUA, na verdade sua presença na África trata-se de uma tentativa de garantir sua segurança energética por meio de atividades militares. Ambos os fatores analisados são, na verdade, faces da estratégia de engajamento indireto da África do Sul e dos EUA no continente africano para suplantar a influência da China na região.

Conforme exposto no *Brief on India-Angola Relations* pelo Ministério das Relações Exteriores indiano, a Índia busca estreitar relações com as principais forças interiores do GoG. No que concerne a Angola, a relação remonta à pré-independência angolana, quando a Índia apoiou sua luta pela libertação contra o domínio colonial português. Em contrapartida, o Estado angolano apoiou a candidatura da Índia a vários postos da ONU e demonstrou apoio sobre a posição indiana referente às reformas do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Todavia, hoje o interesse nessa relação é sustentado, principalmente, pelo petróleo.

De acordo com o EducaBras, na aula sobre *Conflitos na Índia*, a Índia possui

---

25 Neste trabalho, o termo Estados Fragilizados, refere-se aos Estados falidos, incapazes ou não dispostos a garantir adequadamente o fornecimento de serviços básicos e segurança a parte de suas populações, e a legitimidade dos governos encontra-se em questão.

aproximadamente 1,3 bilhão de habitantes, sendo o segundo Estado mais populoso do mundo. A maior parte da diáspora indiana, remete a conflitos fronteiriços com o Paquistão, sendo este uma ameaça nuclear a Índia. Destacam-se também as migrações pelos conflitos de interesses energéticos, mormente o petróleo, e no Oceano Índico com a China.

Da perspectiva indiana, tão importante quanto proteger o leste, é a segurança marítima ocidental, onde o Oceano Índico e o Mar Arábico se encontram. Nos últimos anos, a aproximação com o Ocidente ganhou destaque, especialmente na costa africana do Oceano Índico. Isso é fruto da prioridade concedida a este continente pelo governo do primeiro-ministro Narendra Modi na sua política externa e econômica.

O entorno estratégico natural da Índia é o Oceano Índico, contudo, devido ao seu processo de desenvolvimento e da rivalidade com a China, principalmente na competição por recursos, a Índia vem reforçando a sua presença no Atlântico Sul, embora com uma escala menor e condicionantes distintas de China e EUA.

Quanto aos meios militares indianos, segundo o *Stockholm International Peace Research Institute*, a Índia foi o terceiro Estado que mais investiu em defesa em 2019 (3,7% do gasto global) e, de acordo com o *Global FirePower 2020*, foi a quarta maior potência militar do mundo. O Estado completou sua tríade nuclear<sup>26</sup> em 2016 com o comissionamento de seu primeiro submarino nuclear balístico.

A Índia contribui com treinamento militar e investimentos financeiros, para manter linhas militares de segurança contra pirataria e terrorismo no GoG. Esse tipo de acordo de cooperação não contribui diretamente para os interesses de curto prazo da Índia na região, mas aumenta o sentimento de aceitação das populações locais aos interesses indianos.

De acordo com o *Trade Economics*, o sétimo maior PIB do mundo é o indiano, fruto das reformas econômicas feitas no Estado que permitiram um dos maiores crescimentos

---

<sup>26</sup> Tríade nuclear é a capacidade de lançamento de um artefato nuclear estratégico em três componentes: mísseis balísticos intercontinentais terrestres, bombardeiros estratégicos por plataforma aérea e mísseis balísticos lançados por submarinos.

econômicos do mundo na última década, gerando contudo, altos níveis de pobreza e crescente desigualdade social. Atualmente é o terceiro maior parceiro comercial da África, superada apenas pela China e UE.

Índia e China compartilham riscos de insegurança energética e alimentar a longo prazo e são duas potências emergentes em crescente envolvimento com o Atlântico Sul, a disputa entre esses dois atores pode determinar uma nova dinâmica de equilíbrio na região.

Sendo assim, as ações esperadas da Índia para Angola, a curto prazo, serão direcionadas a controlar o comércio de recursos energéticos e minerais, com o objetivo de abastecer sua economia e manter o elevado nível de crescimento econômico, assim como reduzir e controlar os riscos de insegurança energética e alimentar que afetam o Estado.

Pelas ideias apresentadas, Angola surge no cenário mundial atual como uma região de grande importância comercial para China, principalmente pela produção de petróleo e derivados. Por outro lado, a insatisfação popular latente com os choques culturais decorrentes da presença chinesa em seu território gerou um aumento progressivo na procura por novos parceiros internacionais. Como fator agravante, há o discurso Ocidental contrário a China sobre apoio a Estados fragilizados, grupo esse do qual Angola não quer fazer parte. Somando-se a essa realidade há interferência de diversos Estados no GoG, região da qual Angola faz parte, sobremaneira dos EUA, Índia e África do Sul.

No contraponto a presença chinesa em Angola percebemos que a prática de expansão territorial de um Estado sobre os outros à custa da subordinação econômica, política e cultural deu lugar a uma relação de dominação informal, de modo que a estrutura de controle ocorre por meio de influência, embasada na dominação sobre os centros de decisão política dos Estados sob influência.

#### 4.3 A influência no Brasil da Presença Chinesa em Angola

O Brasil é uma potência emergente no século XXI, conforme podemos observar no *Trade Economics*, aparecendo como o décimo maior PIB mundial em 2018 e, de acordo com o *Global Firepower 2020*, o décimo maior poder bélico global. Além disso, na Política Nacional de Defesa brasileira, o Atlântico Sul faz parte do nosso entorno estratégico, de forma que Angola e todos os Estados da costa ocidental africana estão inseridos no interesse da política externa brasileira.

O petróleo e seus derivados encontrados em abundância no GoG vêm atraindo potências consolidadas no SI, bem como novos atores emergentes, tais como EUA, UE, China, Índia e África do Sul. A presença desses atores internacionais no Atlântico Sul exige uma participação diligente do Brasil na disputa por essa área marítima, assolada por pirataria, por onde circula grande parte da exportação brasileira.

O Ministério das Relações Exteriores brasileiro divulgou que o Brasil foi o primeiro Estado a reconhecer a independência angolana e considerando a profunda história, cultura e linguagem que une os Estados, busca dar um novo significado às relações bilaterais, promovendo uma renovação destas relações. No território angolano, a relação com o Brasil é percebida pela presença expressiva de trabalhadores, profissionais liberais e empreendedores brasileiros, que contribuem para o desenvolvimento da economia daquele Estado. Muitos desses compatriotas estão radicados em Angola há muitos anos, sendo parte integral da sociedade angolana que tão bem os acolheu.

Com o crescimento de ilícitos no GoG, o Brasil aumentou sua presença nesta região, participando do maior exercício multinacional marítimo na região do Atlântico Sul, o *Obangame Express*, conduzido pelo AFRICOM, cujo propósito é aperfeiçoar táticas marítimas de defesa contra a pirataria, terrorismo, pesca ilegal e narcotráfico por meio de

intercâmbio entre as Marinhas Amigas, assim como participou da operação *IBSAMAR*<sup>27</sup> junto com as Marinhas da Índia e da África do Sul.

Além desses exercícios marítimos multinacionais no entorno do mar territorial angolano, o Brasil firmou a Declaração de Parceria Estratégica com Angola, em 2010, que além da cooperação entre os Estados lusófonos, também recebe especial atenção a segurança marítima, prevendo um alinhamento político e integração econômica. Cabe ressaltar que Brasil e Angola fazem parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Falando especificamente da presença chinesa em Angola, notamos neste estudo que a relação de cooperação sino-angolana encontra-se em estágio muito avançado, contudo também percebemos uma instabilidade latente devido aos muitos desencontros culturais, mencionados na primeira sessão deste capítulo, que formam barreiras entre estes dois Estados.

Dessa forma, em que pese a China ter uma forte atuação econômica na região e em Angola, cujas maiores preocupações são relacionadas ao seu desenvolvimento e ampliação do próprio Poder Nacional, o Brasil, por meio de sua política externa desenvolvida para a relação Brasil-Angola, pautada no mútuo desenvolvimento e com a consolidação da Política Naval, possui condições favoráveis para o gradativo incremento de sua influência neste Estado de importância estratégica relevante no continente africano.

Por fim, apesar de não ser um ator externo preponderante no cenário atual de Angola, o Brasil possui atuações neste Estado em aspectos político, econômico, militar e cultural. Sendo fundamental nos contrapormos a sólida relação de cooperação estabelecida com a presença chinesa em Angola, pois esta relação influencia diretamente nos interesses do entorno estratégico brasileiro, aumentando o Poder Nacional chinês com a conquista deste mercado consumidor africano, e implicando num desequilíbrio de poder entre Brasil e China, visto ser este mercado uma ótima opção para fortalecer o comércio brasileiro.

Isto posto, no próximo capítulo apresentaremos as conclusões deste trabalho.

---

<sup>27</sup> A *IBSAMAR* é um exercício combinado entre Brasil, Índia e África do Sul, tem o propósito de estreitar os laços de amizade entre os países envolvidos, contribuir para a interoperabilidade e aprimorar o nível de adestramento dos meios participantes. Fonte: Comando do 1º Distrito Naval, Marinha do Brasil.

## 5 CONCLUSÃO

O propósito deste trabalho foi responder se o interesse econômico da China em Angola, no período de 2005 até 2015, teria aderência ao antecipado pela teoria Realista segundo Morgenthau (2003). Agora nossa resposta é afirmativa, uma vez que confirmamos a hipótese de que as ações da China em Angola no período acima estavam em concordância com aquele autor.

Para chegar a tal conclusão, apresentamos a teoria Realista conforme as contribuições de autor acima mencionado, verificando que as ações dos Estados convergem na busca pela ampliação do Poder Nacional para garantir sua sobrevivência e impor suas vontades sobre outros Estados, gerando assim um desequilíbrio no SI. Conforme examinamos ao longo deste trabalho, cada Estado envolvido utiliza seus elementos constituintes do Poder Nacional mais favoráveis, quais sejam, recursos naturais para Angola e a capacidade industrial para China, para ampliar seu próprio poder, sem deixar que princípios morais interfiram no interesse de seus respectivos governos.

A abordagem da política econômica como instrumento de projeção de poder foi o foco desta dissertação, e mostramos como as decisões dessa política não dependem somente de objetivos econômicos, na verdade, levam em consideração as oportunidades e os riscos políticos envolvidos na busca de incrementar o poder do Estado em relação aos outros e aos demais atores internacionais envolvidos.

Observamos que a cooperação com a China, possibilitou Angola captar recursos financeiros consideráveis para investir em infraestrutura nacional. Essa cooperação resulta de acordos bilaterais entre os dois Estados, fruto do cenário geopolítico de Angola e do *soft power* chinês. Neste ponto, a estratégia chinesas para expandir sua influência em Angola faz parte da vinculação do continente africano ao seu comércio internacional, e ter acesso a fontes de petróleo e outros recursos naturais com a finalidade de dar continuidade ao seu processo de

crescimento econômico e industrial dos últimos anos.

Analisamos como a PECh em Angola garante a segurança no suprimento de recursos naturais chineses, notadamente petróleo, combatendo sua crescente demanda deste recurso para ampliar sua surpreendente capacidade industrial, aumentando seu Poder Nacional a fim de preservar sua sobrevivência e influência no SI. Também constatamos que a PECh está em consonância com a teoria Realista apresentada, uma vez que não se preocupa com princípios éticos e morais do governo angolano.

Vimos também que com a cooperação sino-angolana, a China adquire mais da metade das exportações de Angola. Contudo, essas exportações baseiam-se fortemente na área do petróleo e gás, o que tornou este o único setor dinâmico da economia angolana. Esta dependência de Angola em relação a China acarreta grande fragilidade estratégica angolana no SI. Entretanto, Angola se esforça em procurar alternativas para defender seus próprios interesses e ampliar seu Poder Nacional, provocando uma tensão crescente entre os Estados, conforme a teoria Realista deste trabalho.

Embora os benefícios econômicos gerados para os dois Estados deixe a tensão na relação sino-angolana em segundo plano, mesmo em condição latente ela é ampliada pelas inúmeras disrupturas culturais entre China e Angola. Outrossim, verificamos que outros Estados, como EUA, África do Sul e Índia estão se contraponto a presença chinesa em Angola, buscando explorar as disrupturas citadas acima, mas não pela prática de expansão territorial sobre Angola e sua subordinação econômica, política e cultural; e sim em uma relação de dominação informal, de modo que a estrutura de controle ocorre por meio de influência, embasada na dominação sobre os centros de decisão política angolanos.

Pelas ideias apresentadas, tal tensão crescente representa uma excelente oportunidade a ser explorada pelo Brasil que pode fazer uso dos laços culturais que facilitam a presença brasileira em Angola. Embora o Brasil possua atuações no Estado angolano com

expressões política, econômica, militar e cultural, não alcançou ainda uma posição preponderante; de forma que é fundamental nos contrapormos a sólida relação de cooperação estabelecida com a presença chinesa em Angola, por ser este mercado uma ótima opção para fortalecer o comércio brasileiro e por esta relação influenciar diretamente nos interesses do entorno estratégico brasileiro, aumentando o Poder Nacional chinês e implicando num desequilíbrio entre Brasil e China.

Por fim, para que este trabalho possa contribuir para um melhor aproveitamento do mercado consumidor africano e mais especificamente o de Angola, sugere-se que o Brasil adote uma estratégia de política externa análoga a empregada pela China. Ou seja, baseada numa relação de dominação informal, de modo que a estrutura de controle ocorra por meio de influência, embasada na dominação sobre os centros de decisão política angolanos sem interferir nos seus assuntos internos de governança que não afetem nossos interesses na região.



## REFERÊNCIAS

- ALVES, João P. de M. **Da Guerra ao Terror à presença chinesa na África: A criação do AFRICOM e a sua lógica.** NOVAS FRONTEIRAS: Revista Acadêmica de Relações Internacionais da ESPM-Sul - v.2, n.2 (Jul-Dez) 2015. Disponível em: <<http://novasfronteiras.espm.br/index.php/RNF/article/download/58/51>>. Acesso em: 06 jul. 2020.
- BRASIL. Estado-Maior da Armada. **EMA-305: Doutrina Militar Naval (DMN).** Brasília, 2017.
- BENY, E. **A nova geopolítica do petróleo: do Golfo Pérsico ao Golfo da Guiné.** Lisboa: Imbondeiro, 2007.
- CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais.** 2. ed. Brasília: FUNAG, 2016. p. 145 e 582. Disponível em: <[http://www.funag.gov.br/biblioteca/download/1152-Teoria\\_das\\_Relacoes\\_Internacionais-novo.pdf](http://www.funag.gov.br/biblioteca/download/1152-Teoria_das_Relacoes_Internacionais-novo.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2020.
- FERNANDES, Sofia da G. C. **Os acordos de financiamento entre a China e Angola: uma reconstrução pós-conflito sem reformas políticas.** Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa, 2015.
- KAPLAN, Robert D. **A Vingança da Geografia: A construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica.** Rio de Janeiro-RJ. Editora Elsevier, 2013.
- KE, You. **A Construção do *Soft Power* Chinês em Angola.** Tese orientada. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letra, 2016. Disponível em: <[https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/24699/1/ulfl210622\\_tm.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/24699/1/ulfl210622_tm.pdf)>. Acesso em: 12 jun. 2020.
- MORAIS, Hugo A. P. Miranda. **Envolvimento Multifacetado da China em Angola.** Tese orientada. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, 2011. Disponível em: <[https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2960/1/Envolvimento\\_Multifacetado\\_da\\_China\\_em\\_Angola.pdf](https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2960/1/Envolvimento_Multifacetado_da_China_em_Angola.pdf)>. Acesso em: 12 jun. 2020.
- MORGENTHAU, Hans J. **A Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz.** Tradução de Oswaldo Biato. Brasília: Universidade de Brasília, 2003. 1152 p. Título original: *Politics among nations: the struggle for power and peace.*
- NEVES, Miguel Santos. **A China e a Índia no Atlântico Sul.** Artigo da Relações Internacionais no.38 Lisboa jun. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-91992013000200007](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992013000200007)>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- OLIVEIRA, Amaury Porto de. **A política africana da China.** São Paulo: Editora, 2007.
- PAUTASSO, Diego. **A Economia Política Internacional da China para Angola e os Caminhos da Transição Sistêmica.** SÉCULO XXI, Porto Alegre, V. 1, No1, jan-dez 2010. Disponível em: <<http://seculoxxi.espm.br/index.php/xxi/article/view/8/8>>. Acesso em: 27 jun. 2020.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Política Internacional**. 2. ed. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2012.

PENHA, Eli Alves. **O dilema de geopolítica em Angola: entre o Heartland africano e o Atlântico Sul**. Tensões Mundiais, Fortaleza, v. 12, n. 22, p. 145-175, 2016. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/394>>. Acesso em: 18 mai. 2020.

REIS, Tiago. **IED: o que é e como funciona o Investimento Estrangeiro Direto?** Artigo de Suno Research de 25 mar 2019. Disponível em: <<https://www.sunoresearch.com.br/artigos/investimento-estrangeiro-direto-ied/>>. Acesso em: 02 jul. 2020.

YOUNG, Crawford. **The end of the post-colonial state in Africa? Reflections on changing African political dynamics**, African Affairs, 2004.

\_\_\_\_\_. **Brief on India-Angola Relations**. Ministry of External Affairs, Government of India. Disponível em: <[http://mea.gov.in/Portal/ForeignRelation/Angola\\_March\\_06\\_2020.pdf](http://mea.gov.in/Portal/ForeignRelation/Angola_March_06_2020.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. **Conflitos na Índia**. EducaBras. Disponível em <[https://www.educabras.com/ensino\\_medio/materia/geografia/conflitos\\_e\\_crisis\\_atuais/aulas/conflitos\\_na\\_india](https://www.educabras.com/ensino_medio/materia/geografia/conflitos_e_crisis_atuais/aulas/conflitos_na_india)>. Acesso em: 11 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. **GDP. Trade Economics**. Disponível em: <<https://tradingeconomics.com/country-list/gdp>>. Acesso em: 11 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. **Military expendury**. Stockholm International Peace Research Institute. Disponível em: <<https://www.sipri.org/research/armament-and-disarmament/arms-and-military-expenditure/military-expenditure>>. Acesso em: 11 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. **Novas diretrizes para a defesa nacional**. Senado Federal. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/12/20/novas-diretrizes-para-a-defesa-nacional-ja-estao-em-vigor>>. Acesso em: 11 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Relatório de responsabilidade Social Corporativa das Empresas Chinesas em Angola 2015**. China: Câmara do Comércio Angola-China, 2015. Disponível em: <<http://images.mofcom.gov.cn/ao/201510/20151015091827978.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. **Relatório sobre as relações China-Angola à luz das 8 iniciativas propostas na cimeira de Beijing do fórum para a cooperação China-África (FOCAC 2018)**. Centro de Estudos e Investigação Científica Universidade Católica de Angola (CEIC-UCAN), 2019. Disponível em: <<http://www.ceic-ucan.org>>. Acesso em: 17 mai. 2020.

\_\_\_\_\_. **República de Angola**. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4817-republica-de-angola>>. Acesso em: 12 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **2020 Military Strength Ranking**. Global Fire Power. Disponível em: <<https://www.globalfirepower.com/countries-listing.asp>>. Acesso em: 11 jun. 2020.

## ANEXO A

## PIRATARIA MARÍTIMA NO GOLFO DA GUINÉ

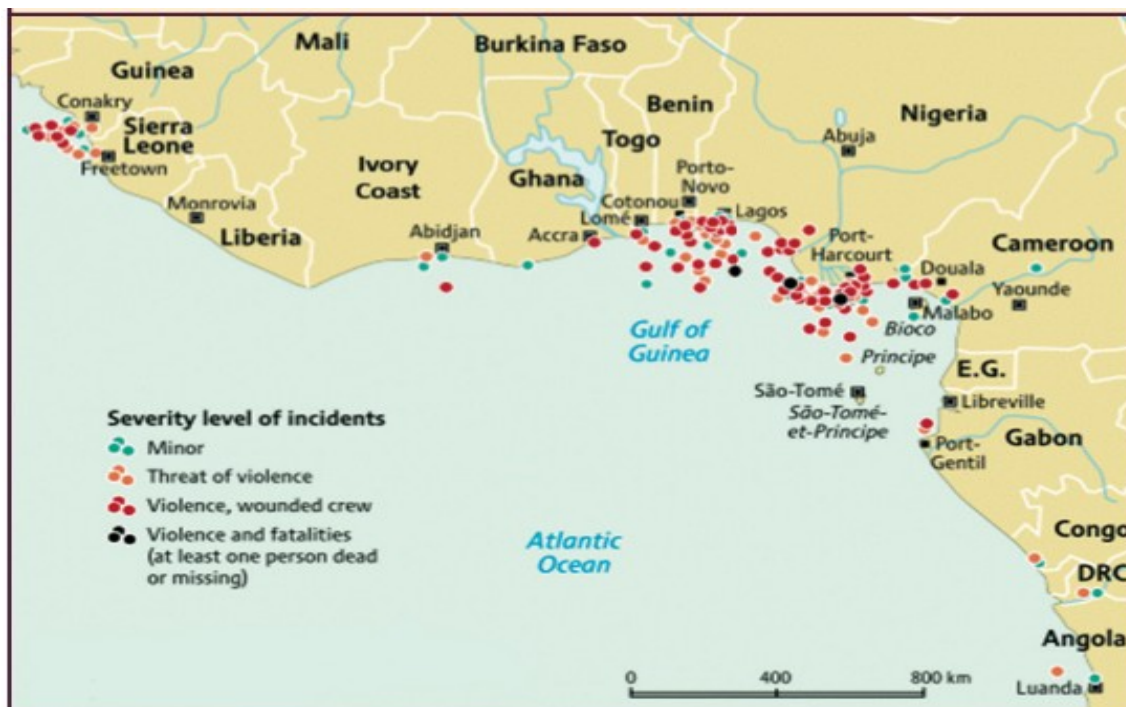


Figura 1 - Principais pontos de incidência da pirataria no Golfo da Guiné, 2006-2013

Fonte: Resumo de segurança em África. Africacenter.org. Disponível em: <<https://africacenter.org/wp-content/uploads/2016/06/ASB30PT-O-Combate-À-Pirataria-No-Golfo-Da-Guiné.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2020.

## ANEXO B

## MAPA DA ANGOLA E SUAS LINHAS DE COMUNICAÇÃO MARÍTIMA



Figura 2 - Mapa de Angola

Fonte: Localize Angola. Embaixada de Angola. Disponível em: [http://www.embaixadadeangola.com.br/v2/index.php?option=com\\_content&view=article&id=58&Itemid=69](http://www.embaixadadeangola.com.br/v2/index.php?option=com_content&view=article&id=58&Itemid=69). Acesso em: 10 jul. 2020.



Figura 3 - Linhas de Comunicação Marítima de Angola

Fonte: Rotas Marítimas Preferenciais. El-Gemuloth Offshore Services. Disponível em: [http://elgemuloth.com/serv\\_rotas\\_maritimas.html](http://elgemuloth.com/serv_rotas_maritimas.html). Acesso em: 04 ago. 2020.

## ANEXO C

TABELA 1 – Programa de Investimentos Públicos – 2015

FINANCIAMENTO EXTERNO DO PIP – 2015		
FONTE DE FINANCIAMENTO	VALORES EM USD	%
China	398.734.476,60	70,47
Banco Mundial	5.931.122,25	1,05
Brasil (BNDES)	147.088.480,45	26,00
Portugal (Cosec) <sup>28</sup>	7.912.756,16	1,40
União Européia	268.407,59	0,05
Desembolso de Letras de Créditos	5.834.044,88	1,03
<b>Total</b>	<b>565.769.287,93</b>	<b>100</b>

Fonte: Relatório sobre as relações China-Angola à luz das 8 iniciativas propostas na cimeira de Beijing do FOCAC 2018. Centro de Estudos e Investigação Científica Universidade Católica de Angola (CEIC-UCAN), 2019. Disponível em: <<http://www.ceic-ucan.org>>. Acesso em: 17 mai. 2020.

28 Companhia de Seguros de Créditos (COSEC) Seguradora líder nos ramos de crédito e caução.

## ANEXO D

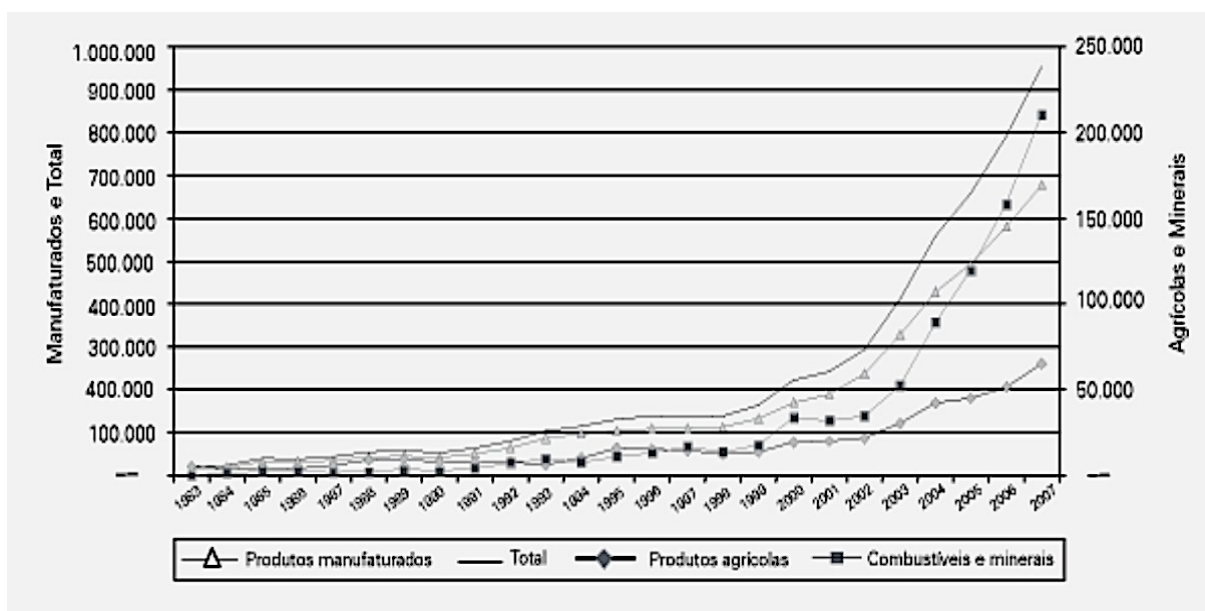


Figura 4 - Gráfico 1: Importações e Exportações chinesas por categorias (US\$ milhões)

Fonte: Scielo, cit WTO. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31572010000200002#g6](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000200002#g6)>. Acesso em: 04 abr. 2020.

## ANEXO E

TABELA 2 – Investimento Direto da China em Angola (10 mil USD)

Ano	Investimento	Y-o-Y%	Ranking na África
2009	1021	96	20
2010	1237	21	20
2011	1092	-12	21
2012	39200	3489	2
2013	18000	-54,1	7
2014	37000	107,9	3

Fonte: Câmara do Comércio Angola-China (CCAC), Relatório de Responsabilidade Social Corporativa das Empresas Chinesas em Angola (2015). Disponível em <http://images.mofcom.gov.cn/ao/201510/20151015091827978.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2020.

## ANEXO F

Unidades em milhões de USD

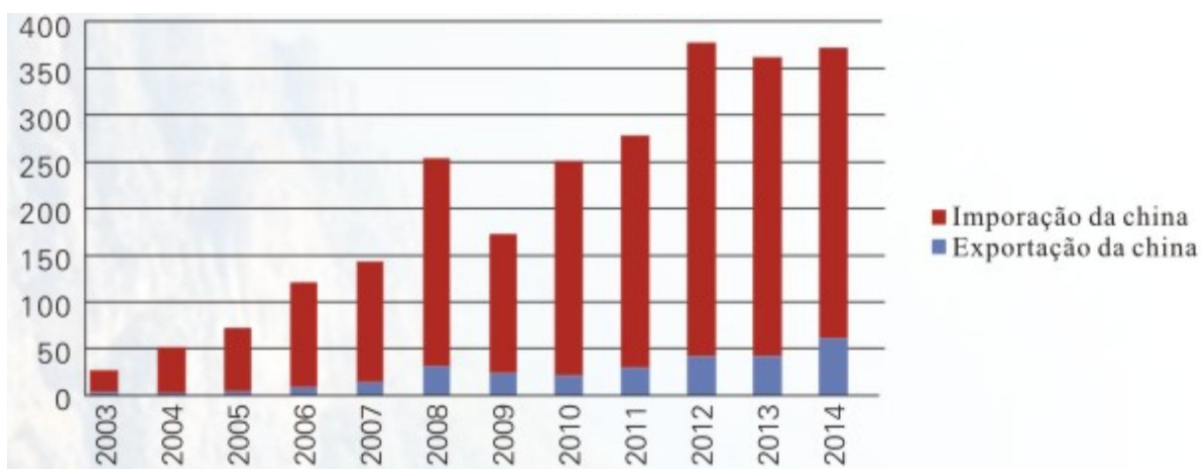


Figura 5 - Gráfico 2: As trocas comerciais entre a China e Angola (2003-2014).

Fonte: CCAC, Relatório de Responsabilidade Social Corporativa das Empresas Chinesas em Angola (2015). Disponível em:

<<http://images.mofcom.gov.cn/ao/201510/20151015091827978.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2020.



## ANEXO G

## DADOS ECONÔMICOS DA ANGOLA

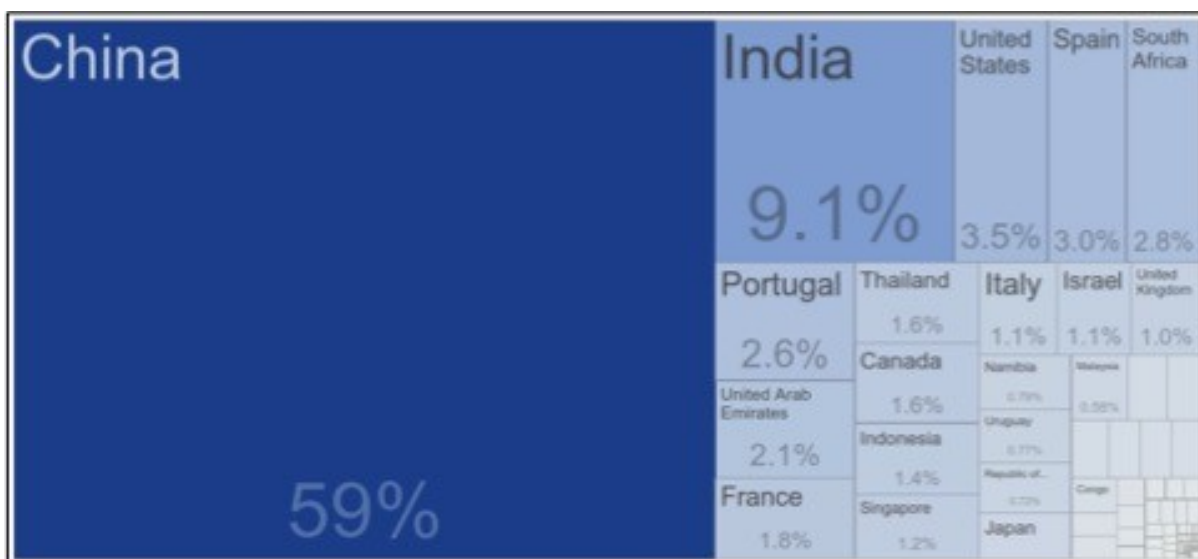


Figura 6 - Exportações da Angola por países em 2018.

Fonte: TradingEconomics.com

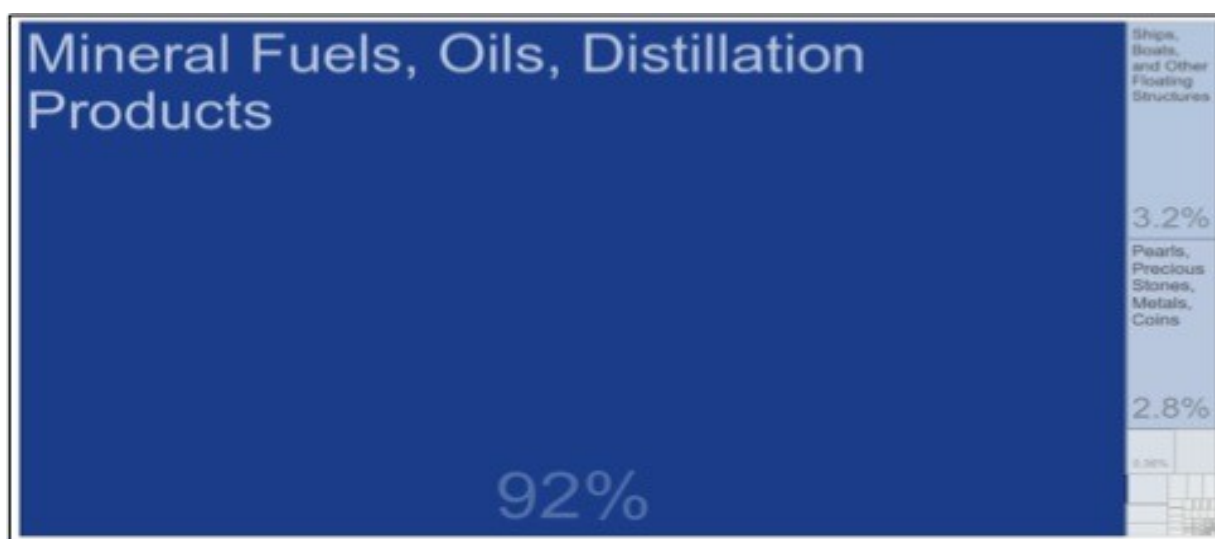


Figura 7 - Exportações da Angola por categoria em 2018.

Fonte: TradingEconomics.com

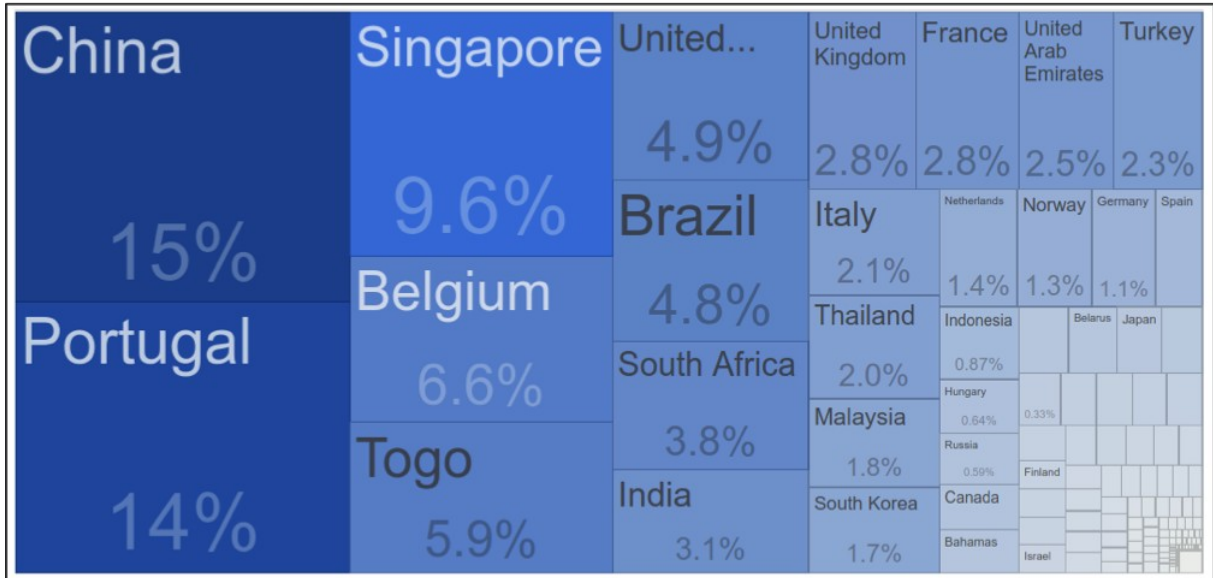


Figura 8 - Importações da Angola por países em 2018.

Fonte: TradingEconomics.com

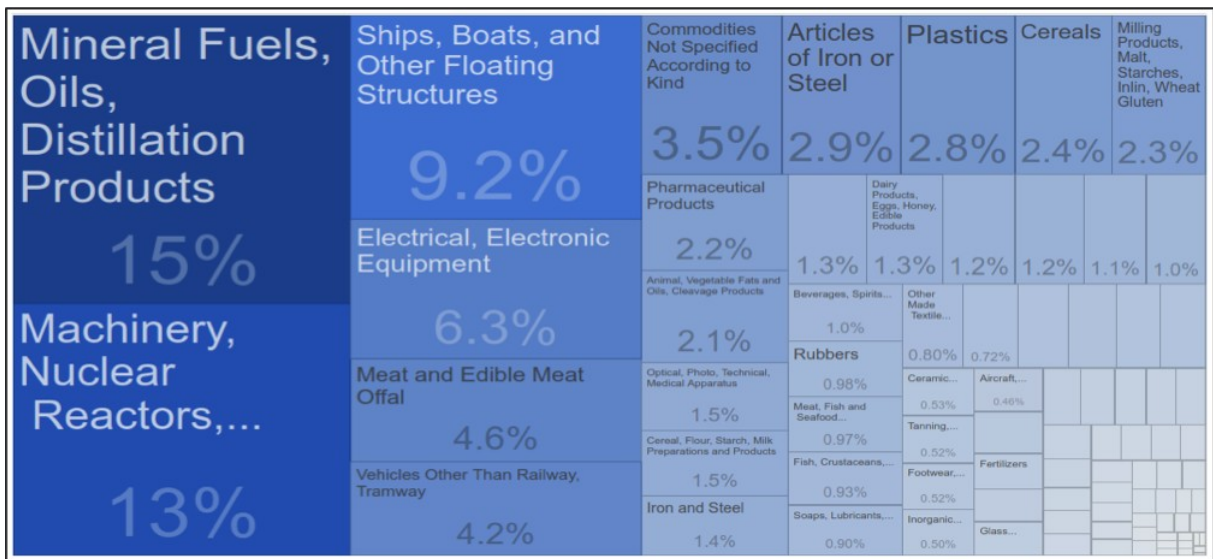


Figura 9 - Importações de Angola por categoria em 2018.

Fonte: TradingEconomics.com

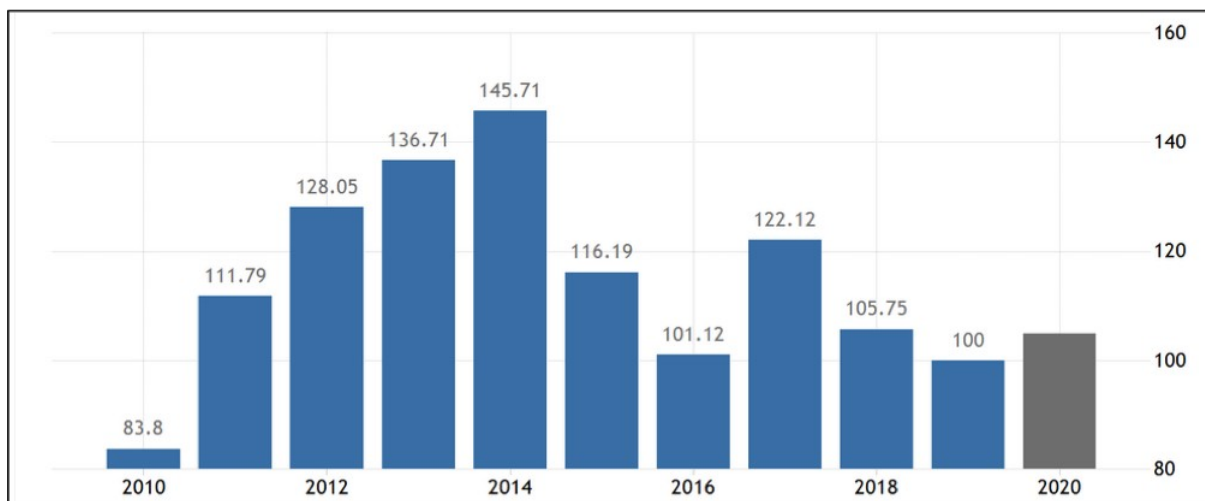


Figura 10 - Produto Interno Bruto de Angola desde 2010 em bilhões de dólares.  
Fonte: TradingEconomics.com

## ANEXO H

## DADOS ECONÔMICOS DA CHINA

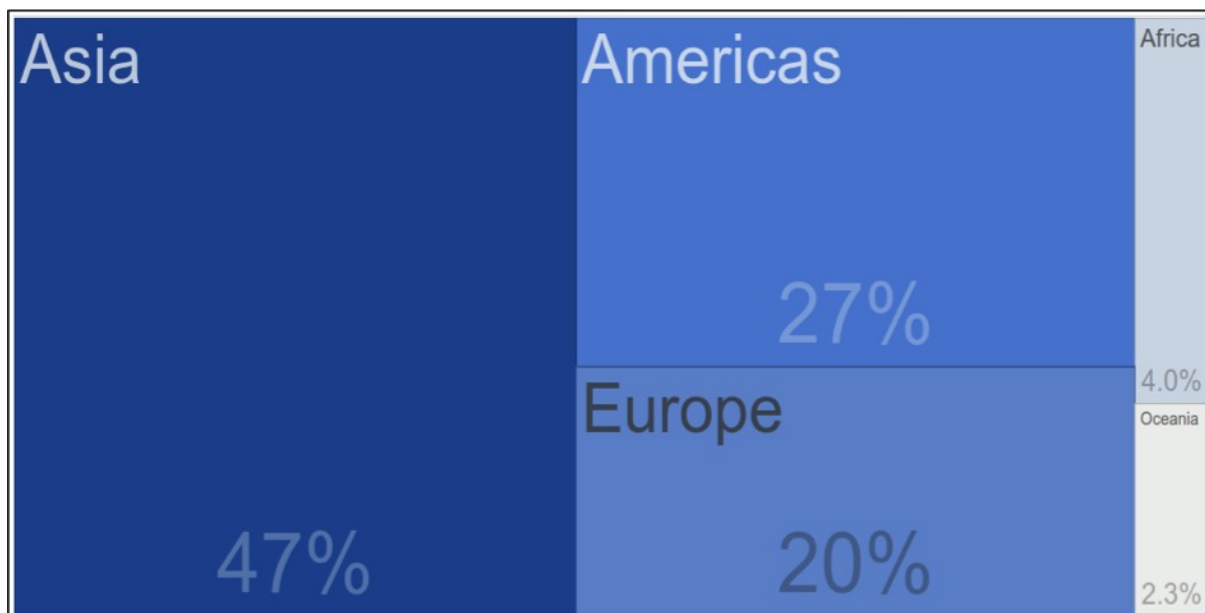


Figura 11 - Exportações da China por continentes em 2018.

Fonte: TradingEconomics.com



Figura 12 - Exportações da China por países em 2018.

Fonte: TradingEconomics.com

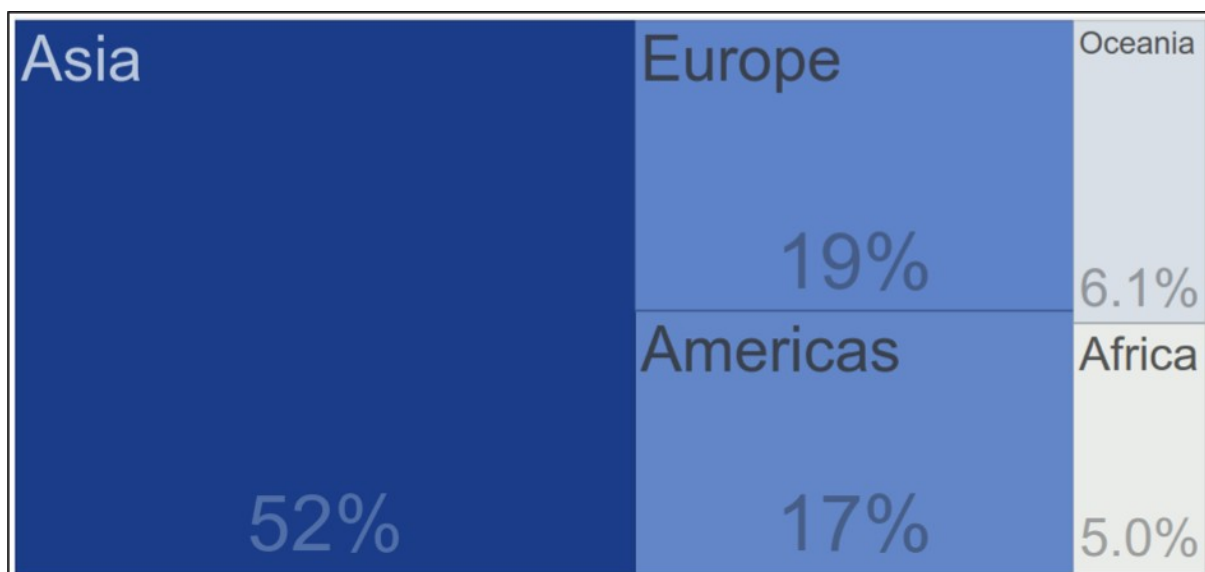


Figura 13 - Importações da China por continentes em 2018.

Fonte: TradingEconomics.com



Figura 14 - Importações da China por países em 2018.

Fonte: TradingEconomics.com

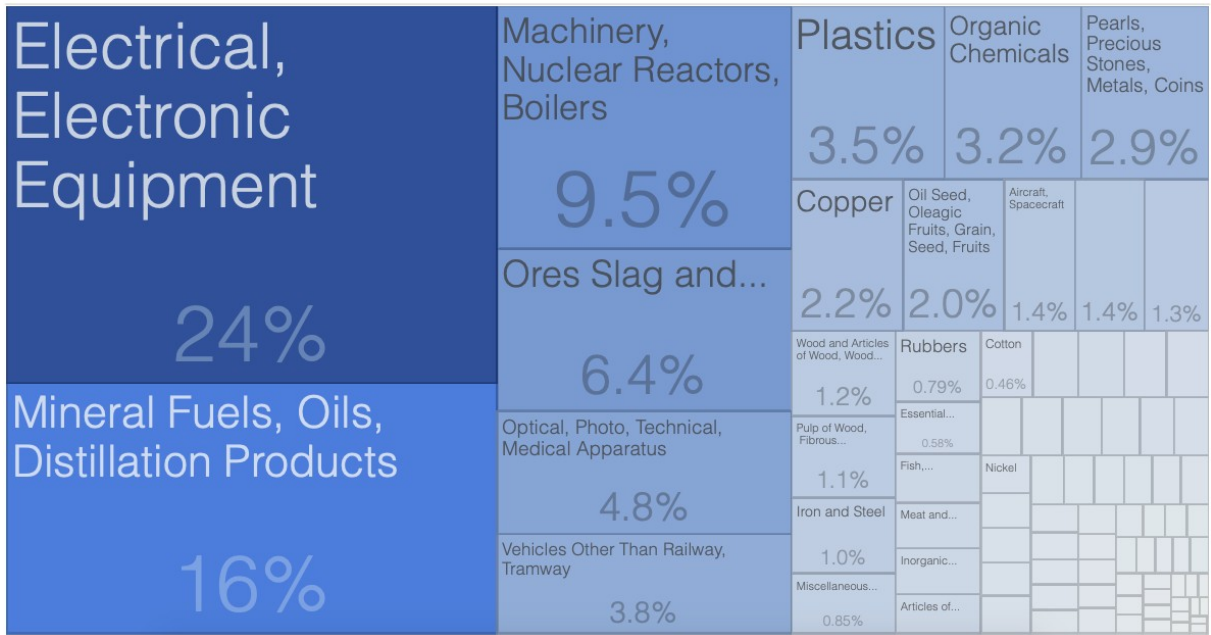


Figura 15 - Importações da China por categorias em 2018.  
 Fonte: TradingEconomics.com

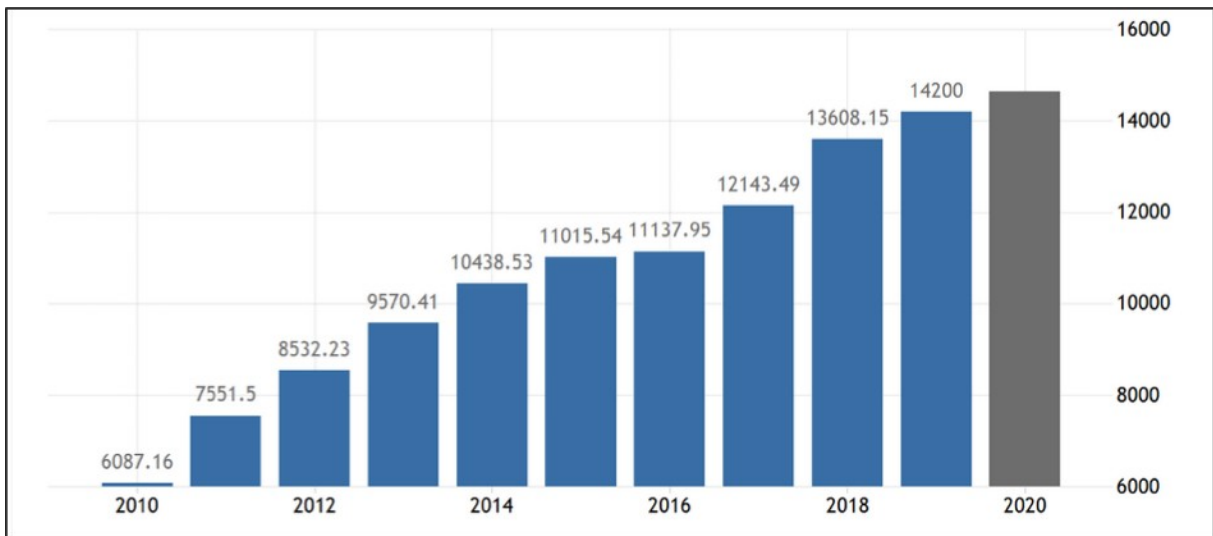


Figura 16 - Produto Interno Bruto de China desde 2010 em bilhões de dólares.  
 Fonte: TradingEconomics.com